



**ESTADO DO PARANÁ**  
**Universidade Estadual de Maringá**  
**Pró-Reitoria de Ensino**



***Centro de Ciências Humanas, Letras  
e Artes***

***Departamento de Pedagogia - DPD***

***Campus Regional de Cianorte - CRC***

***PROJETO PEDAGÓGICO  
DO CURSO DE GRADUAÇÃO***

***PEDAGOGIA - CRC***

***Cianorte, 24 de novembro de  
2016.***

1.2. Órgãos de Vinculação e Local de Oferta do Curso

**1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1. Curso de: Pedagogia

Habilitação: Docência na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional.

Ênfase: Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Gestão da Educação, entendida como a participação do pedagogo na organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos processos educativos escolares e dos sistemas de ensino, como também participação do pedagogo na formulação de políticas públicas na área de educação.

Centro: Ciências Humanas, Letras e Artes

Departamento: Departamento de Pedagogia (DPD)

Campus Regional de Cianorte (CRC)

1.3. Turno de Funcionamento

Matutino	Vespertino	Integral: Matutino/Vespertino	Integral: Vespertino/Noturno	Noturno	EAD
				X	

1.4. Número de Vagas

Matutino	Vespertino	Integral: Matutino/Vespertino	Integral: Vespertino/Noturno	Noturno	EAD	TOTAL
				40		

1.5. Regime Acadêmico de Oferta do Curso

- Seriado Anual  
 Matrícula por Disciplina / Créditos

1.6. Grau Acadêmico do Curso

<input checked="" type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Tecnologia
<input type="checkbox"/> Bacharelado	<input type="checkbox"/> Programa de Formação Pedagógica
<input type="checkbox"/> Licenciatura e Bacharelado	<input type="checkbox"/> Formação Específica da Profissão
<input type="checkbox"/> Programa de Formação Docente:	<input type="checkbox"/> Sequencial por Campo de Saber:
<input type="checkbox"/> 1ª Licenciatura	<input type="checkbox"/> Formação Específica
<input type="checkbox"/> 2ª Licenciatura	<input type="checkbox"/> Complementação de Estudos

1.7. Modalidade de Oferta do Curso

- Presencial  A Distância

1.8. Atos Legais de Regulação

1.8.1. Autorização

Atos	Órgão	Nº	Data	Publicação: Órgão/Data
Ato Executivo	GRE/UEM	0471	08/1981 (CRC)	

Resolução	COU/UEM	017	1985	22/02/1991
-----------	---------	-----	------	------------

1.8.2. Reconhecimento				
Atos	Órgão	Nº	Data	Publicação: Órgão/Data
Decreto Federal	União	78524	30/09/1976 (Ped UEM)	DOU 01/10/1976
Portaria	MEC	234	14/02/1991	DOU 22/02/1991
Decreto Estadual	Estado PR	6206	02/02/2010	DOE 8152 de 02/02/2010
Decreto Estadual	Estado PR	6476	15/03/2010	DOE 8179 DE 15/03/2010
1.8.3. Renovação de Reconhecimento				
Atos	Órgão	Nº	Data	Publicação: Órgão/Data
Parecer	CEE/PR	001	25/03/2015	--
Resolução	SETI/PR	--	--	--
Decreto	Estado	2241	21/08/2015	DOE9521 de 24/08/2015
Prazo da Renovação: 5 Anos		Vigência: 15/03/2015 a 14/03/2020		

## 2. BASE LEGAL DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

### 2.1. Legislação Federal Referente à Organização Curricular

#### 2.1.1. Legislação COMUM A TODOS OS CURSOS

Ato/Órgão	Nº	Data	Ementa
Lei Federal	9.394	20/12/1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Parecer CNE/CP	3	2006	Parecer das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia.
Resolução CNE/CP	1	2006	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.
Decreto Federal	5.296	02/12/2004	Regulamenta a Lei nº 10.048/2000 (atendimento prioritário) e Lei nº 10.098/2000, que dispõem sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.
Decreto Federal	3.298	20/12/1999	Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 que dispõe sobre a política nacional para integração das pessoas portadora de deficiência.
Decreto Federal	7.611	17/11/2011	Dispõe sobre a educação especial.
Lei Federal	7.853	24/10/1989	Apoio a pessoas portadoras de deficiência e sua integração.
Lei Federal	10.048	08/11/2000	Atendimento prioritário a pessoas que especifica. Redação alterada pela Lei Federal 10.741 de 01/10/2003.
Lei Federal	10.098	19/12/2000	Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.

UEM - Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Portaria MEC	3.284	07/11/2003	Requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Resolução CNE/CES	03	02/07/2007	Procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
Lei Federal	11.788	25/09/2008	Dispõe sobre o Estágio de Estudantes que esteja frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.
Lei Federal	9.795	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Decreto Federal	4.281	25/06/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
Resolução	02	15/06/2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
Resolução CNE/CP	01	30/05/2012	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Portaria MEC	4.059	10/12/2004	Dispõe sobre a introdução de disciplinas ofertada na modalidade a distância ou semi-presenciais, até 20% da carga horária total, para os cursos presenciais.
Parecer CONAES	04	17/06/2010	Parecer sobre o Núcleo Docente Estruturante
Resolução MEC/CONAES	01	17/06/2010	Normatiza a criação do Núcleo Docente Estruturante - NDE
Portaria MEC	1.793	27/12/1994	Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes, e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.
Lei Federal	10.861	14/04/2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES
Portaria MEC	2.051	09/07/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
Decreto Federal	5773	09/05/2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Recomendação CONADE	002	14/05/2002	Entrega de material didático em Braille aos alunos portadores de deficiência visual de ensino infantil, fundamental, médio e superior.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - MEC		Jan./2008	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Portaria	2.678/02		Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional

ABNT NBR 9.050/04			Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
-------------------	--	--	--

### 2.1.2. Legislação Específica para BACHARELADOS

Ato/Órgão	Nº	Data	Ementa
Resolução CNE/CES	02	18/07/2007	Dispõe sobre o tempo de integralização, e carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
Resolução CNE/CES	04	06/04/2009	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

### 2.1.3. Legislação Específica para LICENCIATURAS

Ato/Órgão	Nº	Data	Ementa
Lei Federal	10.436	24/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Lei Federal	12.319	1º/9/2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Interprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Lei Federal	10.639	09/01/2003	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
Decreto Federal	3.276	06/12/1999	Dispõe sobre a formação, em nível superior, de professores para atuar na educação básica. Alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 3.554, de 7 de agosto de 2000.
Decreto Federal	5.626	22/12/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/4/ 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19/12/2000.
Resolução CNE/CEB	02	11/09/2001	Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Parecer CNE/CP	03	10/03/2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Resolução CNE/CP	01	17/06/2004	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Deliberação CEE/PR	04	2/8/2006	Normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Resolução CNE/CES	02	30/01/2012	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
Parecer CNE/CP	09	08/05/2001	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena

UEM - Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Resolução CNE/CP	01	18/02/2002	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Alterada a redação pela Resolução CNE/CP 1 de 17/11/2005.
Resolução CNE/CP	02	19/02/2002	Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
Resolução CNE/CP	01	15/05/2006	Institui as Diretrizes Curriculares e carga horária para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.
Portaria MEC	2.252	21/08/2003	Dispensa carga horária de alunos participantes em programas de educação de jovens e adultos, nas atividades práticas dos cursos de licenciatura.

#### 2.1.4. Legislação Específica para curso de TECNOLOGIA

<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Decreto Federal	5.154	23/07/2004	Estabelece que o cursos de tecnologia de graduação organizam-se, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.
Resolução CNE/CP	03	18/12/2002	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de Tecnologia.
Portaria Normativa MEC	12	14/08/2006	Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto nº 5.773, de 2006.
Portaria MEC	10	28/07/2006	Catálogo com referencial comum quanto à denominação e carga horária dos cursos de tecnologia.
Portaria MEC	282	29/12/2006	Inclusões de cursos no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
Parecer CNE/CES	436	02/04/2001	Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.
Parecer CNE/CP	29	03/12/2002	Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.
Parecer CNE/CES	277	07/12/2006	Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
Parecer CNE/CES	239	06/11/2008	Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

#### 2.1.5. Legislação Específica para a modalidade de EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Decreto Federal	5.622	19/12/2005	Regulamenta dispositivos sobre educação a distância.
Deliberação CEE/PR	01	09/4/2010	Normas para regulação da educação superior no Estado do Paraná, incluindo a educação a distância.

#### 2.1.6. Legislação Específica para CURSOS SEQUÊNCIAIS

<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Resolução CNE/CES	01	27/12/1999	Dispõe sobre os cursos sequenciais.

2.2. Legislação Estadual			
<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Deliberação CEE	01	09/4/2010	Fixa normas para as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições e de cursos de educação superior no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
Decreto	1.416	12/09/2007	Cria, no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

2.3. Legislação Interna da UEM			
2.3.1. Estatuto			
<i>Comando</i>	<i>Texto Legal</i>		
Art. 5º	Autonomia da UEM para criar, organizar, modificar, extinguir e aprovar os projetos pedagógicos de seus cursos.		
Art. 11	Competência do COU para criar e extinguir cursos.		
Art. 14	Competência do CEP para definir diretrizes gerais do ensino de graduação e para aprovação e modificação em Projeto Pedagógico, currículos e fixar número de vagas.		
Art. 18	Competência do CAD para emitir parecer sobre criação, organização e modificação de cursos.		
Art. 48	Competência do CIC para aprovar modificação dos currículos e projetos pedagógicos, nos casos em que não haja impacto financeiro. Opinar sobre a criação, expansão e organização de cursos.		
Art. 52	Modalidades de cursos ofertados pela UEM.		
Art. 53	Finalidades dos cursos de graduação.		
Art. 54	Vinculação dos cursos de graduação.		
Art. 56	Formas de organização curricular.		
Art. 61	Coordenação didática dos cursos de graduação.		
Art. 62	Responsabilidade pela oferta de disciplinas.		
Art. 63	Forma de composição e componentes curriculares.		
Art. 64	Legislação base para os currículos de cada curso de graduação.		
Art. 65	Currículos de profissões regulamentadas por lei.		
2.3.2. Regimento Geral			
Art. 20	Competências do departamento, quanto à criação de cursos e aprovação de Planos de Ensino de Disciplinas.		
Art. 32	Organização curricular.		
Art. 33	Rotina e legislação para organização curricular.		
Art. 34	Rotina para aprovação de Projetos Pedagógicos.		
Art. 36	Regimes acadêmicos da UEM.		
Art. 52	Organização curricular e Projeto Pedagógico.		
Art. 53	Regras básicas para composição da carga horária total dos currículos e duração dos cursos de graduação.		
Art. 54	Organização e aprovação do Plano de Disciplina no Projeto Pedagógico e Plano de Ensino de Disciplina para oferta.		
Art. 59	Atribuições do Conselho Acadêmico quanto à modificação de currículos e projetos pedagógicos, avaliação de cursos e solicitação do número de vagas para ingressos.		
2.3.3. Instrumentos Normativos			
<i>Ato/Órgão</i>	<i>Nº</i>	<i>Data</i>	<i>Ementa</i>
Resolução CEP	010	2010	Diretrizes Gerais do Ensino de Graduação.

UEM - Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Resolução CEP	119	2005	Criação de cursos na modalidade de educação a distância.
Resolução CEP	021	2/4/1997	Normas para reconhecimento de Atividades Acadêmicas Complementares - AACs.
Resolução AAC CRC	001	2016 PED-CRC	Estabelece a carga horária limite para reconhecimento de Atividades Acadêmicas Complementares aos alunos do Curso de graduação em Pedagogia – CRC
Res. 095/2011			TCC
Resolução CEP	029	11/12/2013	Aprova o Relatório Final da Comissão instituída pela Portaria nº 004/2012-PEN e institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos Cursos de Graduação
Resolução CEP	034	11/12/2013	Institui parâmetros para a definição do número de vagas e de alunos por turmas teóricas, práticas, teórico-práticas e teórico e práticas e revoga a Resolução nº 130/2005.
Resolução CEP	134	24/10/2007	Duração da hora-aula e forma de adequação para cumprir carga horária das Diretrizes Curriculares Nacionais.
Resolução CEP	009	23/6/2010	Estágio Supervisionado - Normas para organização e funcionamento.
Resolução CEP	058	3/5/2006	Estágio Supervisionado e TCC - contagem de carga horária para orientação docente.
Resolução CEP	118	6/10/2004	Diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura da UEM.
Resolução CEP	184	20/12/2000	Cálculo do tempo de integralização curricular.
Resolução CEP	090	25/5/2005	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - Normas
Resolução CCH	136	20/12/2011	Aprova Regulamento do TCC – Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia – Campus Regional de Cianorte.
Resolução CEP	060	14/6/2006	Turnos dos cursos de graduação.
Resolução COU	015	26/6/2006	Aprova procedimentos para Auto-avaliação da UEM coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.
Resolução CAD	492	6/10/2005	Aprovação de Projeto Pedagógico pelo Conselho de Administração, quando envolver recursos financeiros.

#### 2.4. Legislação Reguladora do Exercício Profissional

Ato/Órgão	Nº	Data	Ementa

### 3. HISTÓRICO

#### 3.1. Institucional

A criação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi autorizada pela Lei nº 6.034 em 06 de junho de 1969. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida em 11/05/76 pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583) e tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91.

Em 1985, a Universidade começou a mostrar seu potencial para a abrangência regional com a criação do Campus de Extensão na cidade de Cianorte, com dois cursos ofertados a partir de 1986: Pedagogia e Ciências Contábeis. Essa tendência ganhou consistência com a criação e a implantação de Campi nas cidades de Goioerê, Porto Rico, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte e Ivaiporã.

A UEM tem por missão: Produzir conhecimento por meio da pesquisa; organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade. (Res. 021/2005-COU).

De acordo com a Res. 021/2005-COU a visão da UEM era tornar-se, em cinco anos uma instituição de excelência na formação de profissionais e pesquisadores, capazes de atender às necessidades e aos anseios da sociedade, de forma geral, e aos da comunidade onde ela está inserida. Assim, hoje a universidade oferece 40 cursos de graduação no Campus sede, 04 cursos no Campus Regional de Cianorte, 01 curso no Campus do Arenito em Cidade Gaúcha, 04 cursos no Campus Regional de Goioerê; 03 cursos no Campus Regional de Ivaiporã, 08 cursos no Campus Regional de Umuarama e 06 cursos na modalidade à distância.

Além da graduação, a UEM se mostra grande na produção de pesquisas em diversas linhas de mestrado e doutorado. Na área da educação a UEM teve o mestrado implantado em 1990 por iniciativa de um grupo de professores do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE) que em parceria com a Universidade de Campinas (UNICAMP), iniciaram os trabalhos com uma área de concentração – Fundamentos da Educação. Entre 1997 e 1999 uniram-se ao grupo do DFE um grupo de professores do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) e organizaram um novo projeto de mestrado, que passou a ser denominado de Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), contando com duas áreas de concentração: Fundamentos da Educação (FDE) e Aprendizagem e Ação Docente (AAD).

Em 2006, em busca de maior organicidade e integração entre as pesquisas desenvolvidas, a estrutura do curso, bem como a elaboração da proposta do doutorado, o PPE assumiu uma nova configuração. As áreas foram reestruturadas e renomeadas para: História da Educação e Educação Escolar. Essa reformulação propiciou a criação do Doutorado em Educação na UEM. Em 2007 foi incluída a área de concentração em Políticas e Gestão em Educação.

### **A UEM na cidade de Cianorte**

Fundada em 1953, como parte de um projeto de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná a cidade de Cianorte está localizada a aproximadamente 70 km de Maringá e, segundo senso de 2010, possui 69.958 habitantes (IBGE, 2010). A cidade possui uma área de 811,66 Km<sup>2</sup> sendo um município em expansão comercial, industrial e imobiliária. Considerado um polo de confecção nacional, o município conta com campus de duas universidades: a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Paranaense (UNIPAR).

Em 10 de Novembro de 1982, pela demanda da comunidade cianortense por cursos de nível superior, o Reitor Paulo Roberto Pereira de Souza, conforme parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão autorizou a criação e a implantação de cursos de graduação em Cianorte.

O Campus Regional de Cianorte (CRC) foi criado em 1985, sendo que em 3 de março de 1986 deu-se início as atividades dos cursos de Ciências Contábeis e Pedagogia. Em 24 de abril de 2002, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Graduação autorizou a criação do Curso de Design ainda na Gestão da Reitora Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neusa Altoé. O início das atividades do curso do Curso de Design, habilitação em Projeto de Produto, e do Curso de Moda se deu em 5 de agosto de 2002.

Atualmente, a UEM CRC atende cerca de 650 acadêmicos distribuídos entre 4 Cursos de Graduação, sendo, no período noturno, Ciências Contábeis e Pedagogia – criados em 1985 e os Cursos de Moda e o curso de Design de Produtos – criados em 2002. Em 2008, pela Res. nº 006/2008-COU, foi criado o Departamento de Design e Moda no

CRC. A partir de 2014, os cursos de Moda e Design de Produtos passaram a ser ofertados nos períodos matutino e integral, respectivamente. O campus oferta também um curso de pós-graduação em Controladoria e Finanças na Gestão de Negócios decorrente de parceria entre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sócio-Econômicos (IPESE) e a UEM.

O Campus possui atualmente, área construída de 2 blocos com 2 pavimentos de 1.842 m<sup>2</sup> contando com: salas de aula, laboratórios de informática com aproximadamente 150 computadores, anfiteatro, biblioteca, laboratórios com pranchetas e salas com projetos de pesquisa e extensão, 1 Bloco Administrativo com salas de aula de 1756 m<sup>2</sup> e 1 bloco de salas de aula com 1756 m<sup>2</sup> nas quais são utilizados em conjunto com a Escola Municipal Castro Alves – EF e EI e 1 Oficina de Moda com salas de aula com 453m<sup>2</sup>.

O CRC da UEM é a única instituição pública de ensino superior de Cianorte, onde os cursos de graduação geram todos os anos, profissionais que são absorvidos pelas empresas e instituições de Cianorte e região, contribuindo para o desenvolvimento da mesma desde 1985.

Em 19 de Abril de 2011, na Gestão do Prefeito Edno Guimarães a Câmara Municipal de Cianorte para manutenção e instalação de cursos superiores, aprovou a Lei 3.626/11 que autorizou a doação para a Universidade Estadual de Maringá do lote 598-R onde se encontra o Campus Regional de Cianorte.

Em 2012 iniciaram-se as negociações para a efetivação da doação do terreno considerado na Lei 3.626/11, porém o então prefeito condicionou a efetivação da doação do terreno à oferta de mais cursos superiores no CRC. Durante o ano de 2013 muitas negociações foram realizadas e compreendendo a impossibilidade de criação de novos cursos visto que cursos criados no CRC em 2002 ainda não têm infraestrutura adequada, no mês de setembro, em reunião com a vice-reitora e toda câmara de vereadores do município, o prefeito concordou em fazer a doação, mas solicitou uma nova medição do terreno, visando identificar a parte do terreno composta pela reserva florestal, o terreno ocupado pela Escola Castro Alves, para então demarcar o terreno a ser doado para a UEM.

Em janeiro de 2014, o prefeito propôs a doação de 22.176 m<sup>2</sup> à UEM, que não concordou com a proposta visto que essa área limita a ampliação das estruturas físicas do campus. Em fevereiro de 2014, o prefeito sugeriu ampliar o terreno para 38.564, 38 m<sup>2</sup>. A administração da UEM concordou com a doação desse terreno visto que o mesmo permite ampliações previstas em curto prazo no CRC, mas não descartou a possibilidade de solicitar futuramente uma área maior dentro daquela prevista pela Lei 3.626/11. Ainda em 2014, segundo a Resolução 008/2014, foi criado o Departamento de Pedagogia (DPD) com oito professores efetivos e um colaborador.

### 3.2. Do Curso

O Curso de Pedagogia da UEM foi criado em 1973 e reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura em 30/09/76, pelo Decreto n.º 78.525. Funcionando nos períodos matutino e noturno, sua primeira habilitação era para a docência das matérias pedagógicas do então 2º grau. A partir de 1978, pela Resolução n. 050/79–CEP, começou a formar também especialistas em educação nos setores de Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar, as quais o aluno poderia optar por uma entre as três. O egresso saía com duas habilitações: em Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau, obrigatória, e em uma outra dentre as três oferecidas.

Em 1981, a Prefeitura de Cianorte, enviou ao Exm. Reitor da UEM, Professor Neumar A. de Godoy, solicitação para a criação de extensão de alguns cursos na cidade juntamente com relatórios de justificativa para abertura de cursos em nível de extensão. Em agosto do mesmo ano, foi nomeada uma comissão para estudar a viabilidade de criação de extensão de cursos de graduação no município de Cianorte (Portaria 471/81 – GRE). Em dezembro a comissão concluiu os trabalhos, com a recomendação que os cursos a serem implantados em Cianorte fossem de Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia (Processo nº 0711/81, vol. 1, fls. 137-139). Recomendou ainda que, os cursos fossem noturnos e implantados a partir de 1983.

Contudo, somente no mês de julho de 1985, o Conselho Universitário (COU), por meio da Resolução 017/85-COU, aprovou a criação da extensão dos cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis da UEM em Cianorte. O Conselho Administrativo (CAD) emitiu parecer favorável à criação da extensão e recomendou que as vagas desses cursos fossem ofertadas durante 3 (três) anos consecutivos, após o que seria feita uma reanálise da oportunidade de prosseguir a oferta, muda-la ou extingui-la (Processo nº 0711/81, vol. 2, fl 573).

Em 16/08/1985, foi firmado um convênio de Cooperação Financeira e Administrativa entre a UEM e o Município de Cianorte. No primeiro semestre de 1986, foi realizado o primeiro vestibular no Campus Extensão de Cianorte, que compartilhava o mesmo Projeto Político Pedagógico utilizado pelo curso de Pedagogia do Campus Sede em Maringá.

A relação do número de inscritos para o vestibular no curso de Pedagogia demonstrou demanda estável de 1/1986 até 1/1988, de acordo com o Processo n. 1439, fl.10. Todavia, nos anos subsequentes o curso registrou uma queda na procura pelo vestibular, chegando a apresentar 33 candidatos para 30 vagas ofertadas. Em função dessa queda na demanda, em 14/07/1992, o Campus Extensão de Cianorte, por intermédio do Ofício Circular n. 112/92–CEC, enviado ao Gabinete da Reitoria (GRE), solicitou que “[...] se repense a oferta do Curso de Pedagogia para 1/1993 no Campus Extensão de Cianorte, bem como a viabilidade de oferta de Curso de Especialização e/ou novas habilitações” (Processo n. 1439/92, fls. 03 e 04).

Para avaliar as questões supracitadas, em 22/07/1992, o Prof. Décio Sperandio, então reitor da UEM, após reunião informal com o coordenador do Campus de Extensão de Cianorte, o diretor do Centro de Ciências Humanas (CCH), a coordenadora do colegiado do curso de Pedagogia, os chefes do Departamento de Teoria e Prática (DTP) e Departamento de Fundamentos da Educação (DFE), decidiu que seria instituído um Grupo de Trabalho (Portaria n. 1421/92 – GRE de 11/08/1992) constituído pelo Pró-reitor de Ensino, que o presidiria, o diretor de graduação do CCH, chefes do DTP e DFE e coordenador do Campus Extensão de Cianorte. Os seguintes membros foram, então, designados para compor o referido Grupo de Trabalho: Lúcio Tadeu Mota (presidente), Bernadete Terezinha Rizzo da Rocha Loures, Diana de Carvalho, Jean Vicent Marie Guhur, Jorge Cantos e Neusa Altoé de Marchi.

Em 18/03/1993, o Grupo de Trabalho, por meio do ofício-circular n. 001/93-GT, enviou ao reitor o relatório final, no qual recomendou “Suspender, por um período de três anos, a partir de 1994, a oferta de vagas para o curso de Pedagogia no Campus Extensão de Cianorte”. O Grupo de Trabalho recomendou ainda, que fossem ofertadas no período acima, as habilitações do Curso de Pedagogia, assim como cursos de atualização e especialização na área da educação (âmbito DTP e DFE), e que se programassem cursos de extensão, atualização e especialização, tendo como clientela só professores da rede estadual e municipal de ensino (Processo n. 1439, fls. 62 a 73). Em 26/05/1993, o Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) aprovou o relatório final do Grupo de Trabalho

nomeado pela Portaria n. 1421/92 – GRE (Processo n. 1439, fls. 75 a 77) e o vestibular para o curso de Pedagogia foi suspenso por um período de três anos.

Em 1996, a professora Neusa Altoé, vice-reitora da Universidade Estadual de Maringá, por meio da Portaria nº 473/96-GRE, instituiu uma comissão para proceder a estudos referentes à oferta de concurso vestibular para o curso de Pedagogia no Campus Extensão de Cianorte, para o ano letivo de 1997. Em julho de 1996, o CAD emitiu a Resolução nº 338/97-CAD, acatando o pedido de reconsideração da direção do Campus Extensão de Cianorte acerca da oferta de 40 vagas para o curso de Pedagogia no CEC. (Processo nº 1439/92, fls. 240). Após vários embates entre os departamentos afetos ao curso e a demanda da cidade de Cianorte e o Campus Extensão de Cianorte, ficou firmado a reabertura do curso. Desta forma, em 1997 o Campus Extensão de Cianorte realizou concurso vestibular com 40 vagas para o curso de Pedagogia.

Com relação à proposta curricular do Curso de Pedagogia, da data de sua implantação na sede da Universidade até o ano de 1986, foi mantida a formação proposta como já mencionada no início desse histórico. Em 1986 a proposta curricular sofreu reformulação passando a formar o pedagogo em duas habilitações obrigatórias e concomitantes: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e Magistério de 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau. Continuou a formar especialistas nas opções já citadas e, a partir de 06/01/88, em Educação Pré-Escolar, para os portadores de licenciatura plena em Pedagogia, mediante ingresso em nova habilitação (Processo nº 1697/91). O curso de Pedagogia do Campus Regional de Cianorte – CRC, em função da sua data de implantação, iniciou sua oferta já com a proposta curricular reformulada, ou seja, formando especialistas nas opções acima citadas.

O objetivo da reformulação curricular de 1986 foi a implantação da Habilitação de Magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Consta no “Currículo do Curso de Pedagogia” (Processo nº 416/78) que foi realizado um levantamento sobre a evasão e repetência em 28 municípios jurisdicionados ao Núcleo Regional de Maringá, no qual se constatou que, dos 13.643 alunos matriculados na 1ª série, somente 32% chegavam às séries finais do 1º grau. A partir desta constatação, ficou expresso que tal situação mereceria atenção dos educadores. Este argumento serviu como justificativa para a implantação da nova habilitação, assim exposta: “A questão que se coloca aqui é o papel da universidade enquanto instituição comprometida com a realidade e nela, com a formação de educadores na tarefa conjunta de transformação de uma realidade estatisticamente desconfortante” (Idem, fls. 186). E, ainda, um dos objetivos seria “[...] fazer o Curso de Pedagogia debruçar-se sobre as questões do ensino” (idem, fls. 186).

Como se verifica, a preocupação estava voltada para a formação do pedagogo para atuar nas escolas de 1ª a 4ª séries, portanto a docência foi colocada como objetivo principal do curso. Parece oportuno destacar que esta reestruturação curricular estava ligada às discussões que vinham sendo feitas nos fóruns que tratam da formação de profissionais da educação. Como exemplo, pode-se citar o Encontro Nacional do Projeto de Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação, realizado em Belo Horizonte<sup>1</sup>, no período de 21 a 25/11/83. O documento final do evento faz várias recomendações em relação à reformulação curricular, com destaque para esta: “Todas as licenciaturas (Pedagogia e demais licenciaturas) deverão ter uma base comum: são todos professores. A docência constitui a base da identidade profissional de todo educador” (fls. 287 – grifos no original). Brzezinski (1996, p. 169) afirma: “O Encontro de Belo Horizonte foi um marco histórico da definição dos princípios

norteadores para a reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação. No decorrer dos demais encontros esses princípios foram sendo revistos e ampliados”.

Para a elaboração da proposta curricular de 1986, foi realizado, no período de oito a dez de abril de 1985, um “Ciclo de Debates sobre a Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia”, do qual participaram alunos e professores, inclusive profissionais de outras instituições preocupados com a reformulação do curso. Nesse evento, foi formulado um documento denominado “Encaminhamento de propostas elaboradas no período de 08 a 10/04/85” (Idem, fls. 304 a 306). No subitem “Questões para a reestruturação do currículo do Curso de Pedagogia”, constam as seguintes conclusões:

O elo de unificação dos educadores/pedagogos está nesta exata dimensão (a escola pública). Assim sendo, o curso não deve se centrar tanto na divisão técnica do trabalho, mas no que há de comum entre estas diferentes especialidades: a atividade educativa. Não manter distanciamento entre o curso (universidade) e o campo de ação do pedagogo. Trata-se, aqui, de além das atividades normalmente previstas para os estágios, promover reciclagem através de seminários, encontros, etc. que propicie a interação com a comunidade (Idem, fls. 305).

Para operacionalização do currículo foram feitas as seguintes sugestões:

Cuidar para que não ocorra, desde os primeiros semestres do curso, a separação estanque entre as disciplinas de fundamentos da educação e as disciplinas técnicas. Recuperação da unidade teoria – prática (entendida como práxis), operacionalizada por meio da ordenação de disciplinas, de ementas, de conteúdos e metodologia (Idem, fls. 306).

No entanto, a leitura desse documento não fornece uma indicação clara de como estas questões seriam operacionalizadas. Verifica-se que o perfil do pedagogo nessa proposta é o preparo para a docência. Com isso, os documentos apresentam como princípio articulador a relação teoria e prática. Observando a distribuição das disciplinas na grade curricular, constata-se que as disciplinas ditas “teóricas” estão fixadas, em sua maior parte, nos quatro primeiros semestres, e as disciplinas ditas como “práticas” nos últimos semestres. No ano de 1992, foi implantado o currículo em regime seriado anual. Este não se diferenciou substancialmente da reforma anterior, conforme Processo n.º 1697/91, do Curso de Pedagogia (Resolução n.º 176/91 – CEP).

No “Catálogo de Apresentação dos Cursos de Graduação de UEM” (1994, p.64), está explícito:

O Curso de Pedagogia formará o pedagogo habilitado fundamentalmente na área de ensino. Pode-se dizer que para isso impõe-se, num primeiro momento, uma formação generalista que o capacite a analisar com rigor a realidade educacional, seus problemas e necessidades, para posicionar-se frente a ela de forma compreensiva. Por outro lado, não é possível ‘abrir mão’ de sua atuação de especialista, já que deverá intervir nessa prática educativa concreta como professor e/ou numa função técnica buscando a qualidade daquela intervenção na educação escolar, evitando, portanto, a reprodução de práticas alienadas.

A carga horária total do Curso era de 2.764 horas-aula (h/a), assim distribuídas: na 1ª série - 612 h/a e nas demais séries, 680 h/a. Durante a realização do Curso, o aluno deveria fazer mais 112 h/a de Atividades Acadêmicas Complementares (AAC), relacionadas à sua formação. O tronco comum era composto por 24 disciplinas básicas e obrigatórias para as duas habilitações (Processo n.º 1697/91).

Quadro 01 - Disciplinas do Curso de Pedagogia

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		Departamento	Carga	Horária
		s	(h/a)	
01. Sociologia Geral		DCS	68	
02. Sociologia da Educação		DFE	136	
03. Psicologia da Educação I		DTP	136	
04. Psicologia da Educação II		DTP	136	
05. História da Educação I		DFE	136	
06. História da Educação II		DFE	68	
07. História da Educação III		DFE	68	
08. Filosofia da Educação I		DFE	136	
09. Filosofia da Educação II		DFE	136	
10. Didática		DTP	136	
11. Estrutura e Func. da Educação I		DTP	68	
12. Estrutura e Func. da Educação II		DTP	136	
13. Prática de Ensino do 1o Grau		DTP	204	
14. Metod. E Prática de Ens. Do 2o G		DTP	204	
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS		Departamento	Carga	Horária
		s	(h/a)	
01. Problemas de Aprendizagem		DTP	68	
02. Currículos e Programas		DTP	68	
03. Metod. e Cont. da L. Portuguesa		DLE	68	
04. Metod. e Cont. de Matemática		DMA	136	
05. Metod. e Cont. de Ciências		DBI	68	
06. Metod. e Cont. de Geografia		DGE	68	
07. Metod. e Cont. de História		DHI	68	
08. Educação e Lit. Infantil		DTP	68	
09. Metod. E Técnica de Pesquisa		DFE	136	

Fonte: UEM – 1992

A manutenção desta grade curricular adaptada ao regime seriado anual está relacionada à determinação legal que exigia um currículo mínimo. Como observa Nilda Alves (1988), a elaboração dos currículos era comandada pelos Pareceres e Resoluções do Conselho Federal de Educação (CFE). Ressalta ainda a mesma autora, que a lógica de tais documentos legais era a da linearidade, da hierarquização, da fragmentação e da individualidade do conhecimento. Essa lógica sustentava uma determinada concepção de ensino e a forma de funcionamento do curso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9394/96, no Art. 53, determina que as universidades tenham autonomia para elaborar o currículo de seus cursos e programas observados as diretrizes gerais pertinentes. Em 1998, o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Efreim de Aguiar, afirmou que não se fala mais em currículos mínimos, mas sim em diretrizes curriculares, que são concepções genéricas. Com base nelas, cabe a cada universidade elaborar o seu currículo.

O movimento de discussão e elaboração das Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia teve um marco importante em 1999, quando a Comissão de Especialistas de Pedagogia, instituída para elaborar as diretrizes do curso desencadeou um amplo processo de discussão em nível nacional, ouvindo as IES, suas coordenações de curso e as entidades acima citadas. O resultado desse processo foi a elaboração do Documento “Diretrizes Curriculares” e seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em 1999. Tais diretrizes, porém, não chegaram a ser apreciadas, uma vez que tanto a SESU quanto a Secretaria do Ensino Fundamental resistiam em enviá-las ao CNE, na tentativa de, em seu lugar, construir as diretrizes para o Curso Normal Superior, criado pela LDB e prestes a ser regulamentado.

Na UEM desde a implantação da reformulação de 1992 não foram interrompidas as discussões em torno da formação de professores no curso de Pedagogia. A proposta

discutida na época já apresentava uma direção dessas discussões, a qual teve a contribuição e influência dos debates nacionais organizados por diferentes fóruns afetos à área (Associação Nacional de Formação de Profissionais para a Educação - ANFOPE, Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação - ANPED, Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE, Fórum de Diretores de Faculdades de Educação - FORUNDIR, entre outros), das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, bem como da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No entanto, o processo de reestruturação do curso de Pedagogia se iniciou em 1998, com a participação de professores dos dois departamentos em fóruns, congressos, seminários e outros eventos, com o objetivo de acompanhamento das discussões nacionais a respeito da formação de professores, e, também com uma comissão nomeada pelas Portarias 04/99-DTP e 09/98-DFE para este fim. Concomitante ao trabalho dessa comissão, os professores iniciaram a revisão de programas e bibliografias, no intuito de alterações que minimizassem temporariamente a estrutura das disciplinas que compõem o currículo em andamento; inclusive ocorreu a implementação da habilitação em Educação Infantil.

Sempre atenta às discussões nacionais a comissão decidiu suspender temporariamente seus trabalhos e retomá-lo tão logo houvesse uma definição sobre as diretrizes para o curso de Pedagogia. Nesse período realizou reuniões para discutir o Parecer CP 115/99; Resolução CP nº 1 de 30 de setembro de 1999, Parecer CES 970/00; Parecer CP 53/99; Resolução CEB nº 2 de 19 de abril de 1999; Artigo elaborado pelo professor José Carlos Libâneo sobre o curso de Pedagogia e curso Normal Superior; Documentos da ANFOPE; Parecer CES 711/99 entre outros.

No dia 18 de fevereiro de 2000, a comissão se reuniu e, diante do fato de indefinição das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia e do curso Normal Superior pelo Conselho Nacional de Educação resolveu:

1. Aguardar a definição das Diretrizes acima referidas para posteriormente reunir os dois departamentos a fim de se posicionarem sobre a criação do Curso Normal Superior e das reformulações consequentes das decisões superiores.
2. Reiterar à PEN sugestão encaminhada por meio de ofício (21/12/99), no sentido de promover na UEM debates sobre a formação dos profissionais da educação;
3. Reunir-se tão logo tiver documentos.

Para dar continuidade aos trabalhos realizados, houve a necessidade de se instituir uma nova comissão (Portarias nº 25/00-DTP; nº 05/0-DTP; nº 12/0-DTP; nº 16/00-DFE; nº 22/00-DFE; nº 18/01-DFE) tendo em vista que alguns membros que compunham a comissão anterior tiveram que se afastar devido aos estudos de pós-graduação e também diante da carga-horária de atividades desenvolvidas, que não permitia assumir mais compromissos. O ponto de partida dos trabalhos da atual comissão foram os estudos realizados pela anterior, as observações e solicitações feitas pelos membros dos departamentos e as novas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores aprovadas em maio de 2001.

Foi realizada uma reunião conjunta em 21/09/00 (Ata nº 16/DFE) entre o DFE e o DTP, para discussão de pauta única sobre a reformulação do curso. Dentre as questões definidas, destacamos: o perfil do profissional a ser formado pelo curso; a oferta de mais de uma habilitação, a ser definida após consulta aos acadêmicos; a solicitação de

manifestação dos diferentes departamentos que oferecem disciplinas de metodologias no curso, com relação à relocação destas disciplinas.

O resultado da consulta aos departamentos que oferecem disciplinas de Metodologia do Ensino no curso de Pedagogia foi:

- Os Departamentos de História, Matemática, Geografia e Biologia manifestaram-se contrários a essa relocação;
- O Departamento de Letras manifestou-se favorável, tendo em vista a sua sobrecarga de trabalho, desde que isso não implicasse a relocação da carga horária do departamento.

O DFE e DTP, em reunião no dia 26/10/2000 (Ata nº 20/DFE), após análise da manifestação dos departamentos consultados, mantiveram o formato de locação da carga horária anterior. Nesta mesma reunião, sendo discutida também, a consulta feita aos alunos do curso com relação à nova habilitação. O resultado mostrou que a preferência manifestada foi de 55% para Educação Infantil, 35% para Orientação Educacional e 8,6% para Supervisão Escolar.

A habilitação de Educação Infantil foi implementada, em virtude de a proposta da comissão anterior ter sido recusada. Houve também urgência em atender a solicitação dos acadêmicos para a substituição imediata da habilitação da Docência das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, tendo em vista a dificuldade de encontrar campo de estágio para os alunos, em especial no Campus de Cianorte, e a redução de turmas em Maringá. Com a indefinição que os muitos decretos e pareceres, especialmente o Decreto 3276/99 criaram a respeito da formação de professores, optou-se por oferecer temporariamente a habilitação em Educação Infantil como optativa para os alunos.

Em função dessas questões, alterou-se a grade curricular vigente (1992), conforme Parecer 069/2000 – CGE, sendo aprovada no CEP (Resolução 157/2000 – CEP). O curso passou a habilitar para a docência nas séries iniciais do Ensino Fundamental como obrigatória e o aluno poderia escolher entre Educação Infantil ou Matérias Pedagógicas do Ensino Médio. É importante ressaltar que esse ajuste na proposta curricular do curso de Pedagogia foi feito em caráter excepcional, tendo em vista que o curso já estava em processo de reformulação.

Curiosamente, a partir do ano de 2002, as turmas de Magistério do Ensino Médio foram reativadas em muitas cidades paranaenses, inclusive em Cianorte. Esse dado fez com que um número expressivo de alunos do Curso de Pedagogia continuasse optando pela habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio – Modalidade Normal. Nesse período a comissão apresentou uma proposta de pré-projeto político-pedagógico que norteava os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos a partir de 2003.

O momento histórico em que aquela proposta se efetivava já estava pautado na concepção de educador, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Nº. 9394/96) determina, no seu artigo 61, que

[...] a formação de profissionais de educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando terá como fundamento:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento de formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Neste sentido, o MEC propôs que o pedagogo precisava da teoria e da prática na sua formação inicial, mas também necessitava complementá-la com a capacitação em serviço, ou seja, sua formação seria constituída ao longo de seu tempo de trabalho. E, também, salientava que se deve aproveitar sua formação inicial e experiências anteriores nas instituições de ensino que tenha trabalhado e outras atividades de formação.

No ano de 2001, foi aprovado pelo CNE, o Parecer nº 009/2001, que deliberou sobre as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de educação básica em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena”. Estas estabeleceram que a formação de professores fosse concebida e organizada propondo: “[...] a) definir o conjunto de competências necessárias à atuação profissional; b) tomá-las como norteadoras tanto da proposta pedagógica em especial do currículo e da avaliação quanto da organização institucional e de gestão de escola de formação” (p. 35 - 36). Portanto, estas sugerem um profissional competente para atuar em uma proposta pedagógica que tenha o currículo e a avaliação como pontos fundamentais, assim como saber organizar e gerir a escola.

Seguindo esta linha de apresentação a presente comissão colocou o perfil do pedagogo que a comissão anterior sugeriu no relatório de atividades realizadas no período de agosto de 1999 a fevereiro de 2000:

[...] o perfil do pedagogo foi sendo traçado à medida que foram definidas para quais habilitações o curso iria formar. Ao definirmos que o supervisor, o orientador, antes de serem especialistas precisam ser docentes, definimos que o perfil do pedagogo desejado é aquele que compreende os objetivos da educação e do ensino na nossa sociedade e, dentro desse todo maior, as especificidades que competem a esse profissional (p. 4).

Este pedagogo, então, apresentado não foi pensado por aquela comissão específica, mas foi construído pelas discussões nos departamentos envolvidos; pela leitura dos documentos; pelas propostas das associações e entidades de ensino; pelas universidades; pelo presidente do Conselho Nacional de Educação à época e pelos acadêmicos do curso de Pedagogia. A partir das propostas apresentadas no que se refere à LDB, às diretrizes curriculares e às propostas da comissão anterior, fez-se necessário pensar na viabilidade da pré-proposta daquela nova comissão que procurava efetivar a reflexão e a crítica, sobre o que já havia sido elaborado. Dentre os aspectos levantados naquela comissão destacamos:

1. O que se conservou da proposta anterior:
  - a docência como foco principal de formação;
  - a integração entre ensino, pesquisa e extensão;
  - o trabalho de conclusão do curso;
  - o contra-turno para as atividades de estágio.
2. O que se inovou:
  - o ensino e a pesquisa como parte do eixo central do curso;
  - as práticas de ensino desde o primeiro ano do curso;
  - a introdução dos estágios supervisionados;
  - a prática de ensino trabalhando articulada com a metodologia e técnica de pesquisa, a partir do primeiro ano do curso;

- os eixos integradores passarão a permear todo o curso;
- as atividades acadêmicas complementares serão planejadas em temáticas pelos departamentos vinculados ao Curso de Pedagogia, privilegiando os temas sugeridos no projeto.
- para o trabalho de conclusão de curso TCC será proposto que todos os professores sejam orientadores.

Assim, o curso de Pedagogia ofertado teria as seguintes especificidades: licenciatura plena, que forma o profissional capaz de atuar na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio – Modalidade Normal e na Coordenação Pedagógica, com ênfase em Supervisão Escolar ou Orientação Educacional.

Buscava-se, naquele momento, um profissional que não fosse somente competente para gerir e/ou organizar a escola, mas um “profissional da Educação (docente, especialista e pesquisador) com capacidade de articular o ensino e a pesquisa, norteados pelos elementos que fundamentam a produção da vida e, nela, a formação do homem contemporâneo”. Fez-se necessário garantir que os eixos integradores perpassassem todo o curso e refletissem a articulação entre a teoria e prática.

Ao pensar o processo político-pedagógico, os eixos integradores objetivavam uma formação geral em que o tecido social pudesse ser reconhecido em suas generalidades e especificidades e que sua formação permanecesse no contexto do processo histórico. A possibilidade de repensar o curso ofertado fez-se, ainda, na busca de adequação à LDB nº 9.394/96 e à Resolução nº 115/2000 – CEP (Diretrizes do Ensino de Graduação da Universidade Estadual de Maringá), bem como pela possibilidade de repensar o perfil e a formação profissional oferecidas por esta universidade desde a última reestruturação, realizada em 1992.

Uma questão de importância no contexto de reestruturação do curso de Pedagogia naquele momento manter as ênfases do curso: Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, no Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio e na Coordenação Pedagógica com ênfase em Supervisão Escolar ou Orientação Educacional, sob a condição de que a luta pelo emprego não fosse desconsiderada pela academia. O próprio traçado das pessoas que buscavam o curso revela que são pessoas que ganham a vida com o trabalho. Ao mesmo tempo a comissão vinha tentando fugir de uma formação estreita e fragmentária, características dos documentos e legislação à época. Esta mesma legislação que fragmenta, solicita do profissional da educação uma formação que o capacite a desenvolver diferentes atividades nos diversos setores da escola e fora dela.

A comissão entendia que nesta conjuntura a educação, dentro e fora da escola, se interliga ao tecido social e não só dele se nutre; depende dele para melhor direcionar o seu trabalho, mas traz o desafio do próprio entendimento do tecido social. Ao considerarmos o curso de Pedagogia como uma proposta de formação científica do profissional da educação, há que se zelar nos respectivos departamentos pela unidade da teoria e prática em uma atividade conjunta.

Para que isso se efetivasse, fez-se necessário garantir a unidade do conhecimento. A comissão entendeu que os componentes curriculares, independentes de áreas ou departamentos, deveriam valorizar os quatro eixos articuladores do curso, que são:

- Sociedade contemporânea em uma perspectiva histórica;
- Políticas públicas para a educação brasileira;
- Processo de aquisição do conhecimento;

- Trabalho docente em suas diferentes dimensões.

A efetivação dessa proposta exigiria que tomássemos o ensino e a pesquisa como princípio formativo e elemento norteador do trabalho pedagógico. Isto requereria uma reavaliação dos encaminhamentos das áreas envolvidas no curso. A partir disso, se constituiu o núcleo formativo do curso de Pedagogia como sendo o de preparar o futuro profissional para atuação pedagógica com base no ensino, na aprendizagem e na pesquisa. Essa preparação implica o tratamento multireferencial segundo diferentes campos do conhecimento. Isto se traduz num modo de organização curricular que defina a função de cada componente curricular como parte do processo de aquisição dos saberes docente. Assim, “o currículo do curso no seu todo

[...] precisa captar na práxis existente os conflitos, os confrontos, os pontos de resistência, as possibilidades de avanço, enfim, a contradição. Possibilitar que se “veja” o processo de ensino aprendizagem – núcleo do trabalho do professor – no conjunto das relações sociais, para aí identificar a reprodução e a produção das relações sociais” (PIMENTA, 1997, p.184).

Nesta perspectiva, o futuro pedagogo deve ter uma sólida fundamentação teórico-metodológico, constituindo-se essa relação num processo dinâmico de apropriação e produção do conhecimento.

A trajetória do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá marca a preocupação em formar profissionais da educação em uma dimensão de totalidade. Isso implica entender que a organização e o funcionamento da escola não estão desvinculados da própria sociedade, a qual dá forma e existência a essa instituição. Com o objetivo de romper com a visão da racionalidade técnica, na qual o processo de formação de professores se dava de forma fragmentada sendo que os alunos deveriam primeiramente aprender os conceitos gerais e as técnicas de ensino para em dado momento aplica-las. A comissão pretendia uma organização curricular que visasse estabelecer canais de integração entre os diferentes componentes curriculares que constituem o curso de Pedagogia. Para isso considerou-se que os quatro eixos articuladores deveriam permear todo o processo formativo.

A comissão entendia que para garantir que a pesquisa e o ensino e a aprendizagem constituíssem o núcleo formativo do curso, as áreas de Metodologia e Técnicas de Pesquisa e Práticas de Ensino e o componente curricular Estágio Curricular Supervisionado eram fundamentais no currículo como eixo dorsal, entretanto todos os componentes curriculares são responsáveis pela formação desejada. Para assegurar esta formação, desde o início do curso, nessa proposta de projeto pedagógico o aluno se envolveria com as disciplinas que fundamentassem a ação docente em um caráter mais amplo, e, ao mesmo tempo, já seriam incluídos na prática educacional.

As práticas de ensino como componente curricular estão estreitamente vinculadas à teoria, elas têm como objetivo ler uma determinada realidade e interpretá-la com a reelaboração dos instrumentos teóricos. Segundo Freitas (1996, p. 34), “a simples atividade que caracteriza o cotidiano escolar, impregnada de conflitos e contradições não se constituem em práxis, entendida como uma relação entre teoria e prática transformadora”. Com este entendimento a comissão afirmou que todos os componentes curriculares deveriam, com exceção das Práticas, dedicar 7% de sua carga horária para a prática escolar. Assim, o curso teria um total de 180 h/a de atividades práticas nesta modalidade (articuladas com os componentes curriculares teóricos).

As Práticas na Educação Infantil e nas Séries Iniciais, no Ensino Médio e em Coordenação Pedagógica, totalizando 136 horas aulas, teriam como objetivo a

organização das atividades de estágio. Estes componentes curriculares, junto com as demais disciplinas que compõem o curso, segundo a comissão, colaborariam para a construção dos saberes docente. A operacionalização do eixo dorsal do curso previa que METEP, com a carga horária de 136 horas, estão distribuídas na primeira e terceira série do curso. Este componente curricular viabilizaria o planejamento, execução e divulgação do conhecimento teórico-prático conquistado ao longo do curso. Neste sentido, complementaria o trabalho iniciado em METEP, o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que permitiria um exercício da busca da unidade do conhecimento, teórico-prático. Esse exercício possibilitaria que a síntese reflexiva se manifestasse como trabalho final de curso que deveria ser acompanhado pelo professor de METEP e estar articulado com as práticas de ensino. O acadêmico que desenvolveria o TCC deveria ser orientado, preferencialmente, por professores lotados no DFE e DTP, com a possibilidade de orientação e co-orientação de professores de outros departamentos. Este componente curricular deveria ter regulamento próprio.

O curso seria oferecido em regime seriado anual, com componentes curriculares anuais, semestrais e na forma de módulos, com o objetivo de garantir a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, privilegiando a relação entre teoria e prática. A carga horária total do curso seria de 3276 horas, que estariam divididas em 4 anos. Quanto à distribuição dos componentes curriculares, de acordo com a série, a comissão buscou assegurar a articulação entre os mesmos, de forma a traduzirem os eixos articuladores do curso. A primeira e a segunda séries teriam 680 horas/aulas cada, a terceira e quarta série 880 horas/aulas cada.

Conforme previsto no Artigo n. 22, da Resolução n. 115/2000 – CEP, o projeto político pedagógico do curso deveria contemplar, no mínimo, 5% da carga horária total do curso em Atividades Acadêmicas Complementares (AAC). Neste sentido, 156 horas representariam atividades que os alunos poderiam realizar para complementar sua formação. A comissão da época assegurou na formação de professores, acesso às seguintes temáticas: educação de jovens e adultos, educação e movimentos sociais, educação escolar indígena, outras linguagens na educação (multimídia), inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais, formação humanística e cultural, recreação infantil, educação ambiental, entre outros. Para desenvolver esses conteúdos, durante o processo de formação de professores seriam organizados cursos e eventos de extensão, bem como projetos que priorizariam tais temáticas.

A opção por trabalhar essas temáticas como AAC não significava para aquela comissão dar menos importância a tais assuntos; ao contrário, considerando a amplitude e complexidade que constitui a formação de professores para atuar na educação básica, o trabalho desses conteúdos era uma tentativa de garantir o tratamento teórico-metodológico dos mesmos, tendo em vista que essas atividades seriam previamente planejadas e elaboradas junto aos docentes e discentes do curso de Pedagogia.

O curso de graduação em Pedagogia passaria a proporcionar também, uma discussão preliminar sobre educação especial, educação de jovens e adultos e educação escolar indígena. Entretanto, dada a sua complexidade, estes campos de ação exigem aprofundamento, seja na forma de estudos adicionais ou de especialização, em uma dessas áreas específicas. Sem esquecer que a formação de professores não termina com a formação inicial, mas que compreende um processo de formação contínua a comissão destacou a importância da articulação da graduação com a pós-graduação. Neste sentido, vale ressaltar o Mestrado em Educação, este possui duas áreas de concentração: Fundamentos da Educação (criada em 1990) e Metodologia da Ação

Docente (criada em 2000). Segundo a comissão seriam ofertados, ainda, cursos de especialização em diferentes áreas do conhecimento, como Coordenação Pedagógica – Supervisão Escolar, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Pública no Brasil, Pesquisa Educacional. Abaixo segue a estrutura curricular elaborada por aquela comissão.

#### OFERTA ANUAL

Filosofia da Educação I (136)  
História da Educação I (102)  
Psicologia da Educação I (136)  
Psicologia da Educação II (102)  
Tópicos Especiais em Educação Infantil (102)  
Alfabetização (102)  
Fundamentos da Escola Pública (102)  
Sociologia da Educação (136)  
História da Educação Brasileira (136)  
Políticas e Gestão da Educação Brasileira II (136)  
Tópicos Especiais em Supervisão Escolar (102)  
Tópicos Especiais em Orientação Educacional (102)

#### OFERTA SEMESTRAL

Filosofia da Educação II (68)  
História da Educação II (68)  
Didática I (68)  
Didática II (68)  
METEP I (68)  
METEP II (68)  
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (68)  
Política e Gestão da Educação Brasileira I (68)  
Problemas de Aprendizagem (68)  
Organização e Implementação do Trabalho pedagógico I (68)  
Organização e Implementação do Trabalho pedagógico II (68)  
Educação e Literatura Infantil (68)  
Metodologia do Ensino da Matemática (68)  
Metodologia do Ensino de Ciências (68)  
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (68)  
Metodologia do Ensino de História (68)  
Metodologia do Ensino de Geografia (68)  
Práticas na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (68)  
Práticas no Ensino Médio (68)  
Estágio Supervisionado na Educação Infantil (100)  
Estágio Supervisionado nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (100)  
Estágio Supervisionado nas Matérias Pedagógicas do Ensino Médio (100)  
Estágio Supervisionado na Organização e Implementação do Trabalho Pedagógico: ênfase em Supervisão Escolar (100)  
Estágio Supervisionado na Organização e Implementação do Trabalho Pedagógico: ênfase em Orientação Educacional (100)

#### OUTROS TIPOS DE OFERTA

Modular:  
Educação e Diversidade (34)  
Práticas Interdisciplinares I: Conteúdos Específicos de Matemática e Ciências (34)  
Práticas Interdisciplinares II: Conteúdos Específicos de Alfabetização e Língua Portuguesa (34)  
Práticas Interdisciplinares III: Conteúdos Específicos de Geografia e História (34)  
Práticas nas Matérias Pedagógicas no Ensino Médio (34)  
Prática em Coordenação Pedagógica: ênfase em Supervisão Escolar (34)  
Prática em Coordenação Pedagógica: ênfase em Orientação Educacional (34)

Essa proposta foi votada em reunião conjunta do DTP e DFE. Todavia, é oportuno ressaltar que entre os acontecimentos que circundavam os trabalhos com o projeto pedagógico ainda se mantinha, no nível nacional, o debate acerca da formação do pedagogo no país. Nesta discussão fazia-se necessário a superação da dicotomia entre

a formação do licenciado e do bacharel, do professor e do especialista educador. No Paraná foi lançado o primeiro edital de concurso pedagogo e não mais para professores e especialistas. Com base nesta posição o Colegiado do Curso de Pedagogia (gestão de 2004) entendeu que devia constituir um princípio orientador para a organização curricular para o Curso de Pedagogia da UEM. Assim, foi elaborada, pela coordenação do colegiado, uma nova organização curricular permeada pela construção da identidade do pedagogo. Após algumas reuniões entre os departamentos afetos ao curso e discussões a proposta foi aprovada.

É importante destacar que neste meio tempo foi uma surpresa o Departamento de História decidir passar a disciplina de Metodologia de Ensino de História – 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental para DTP, assim essa é a única metodologia que não mais se encontra com outros departamentos.

Como a ocasião o Conselho Nacional de Educação ainda não havia apresentado as diretrizes do curso de Pedagogia e os departamentos de Teoria e Prática da Educação e Fundamentos da Educação responsáveis pelo curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá e do Campus Regional de Cianorte, adotaram a compreensão assumida pelas discussões das associações e entidades já citadas, desde 1998 e que tiveram como expressão máxima o documento gerado no VII SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, no período de 05 a 07/06/05, aliado ao trabalho das comissões de trabalho que, desde 1998 acompanhavam a movimentação nacional para elaboração das diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia.

O perfil de egresso adotado entende a Pedagogia como campo teórico-investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. Assim, o pedagogo é o profissional que atua na:

- a) Docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, credenciando, também, ao exercício profissional na educação especial, na educação de jovens e adultos, na educação no/do campo, na educação indígena, na educação em remanescentes de quilombos ou em organizações não-escolares públicas ou privadas, e outras áreas emergentes no campo sócio-educacional;
- b) Gestão Educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à supervisão, à inspeção, à orientação educacional e à avaliação em contextos escolares e não-escolares e nos sistemas de ensino e ao estudo e participação na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas na área de educação;
- c) Produção e difusão do conhecimento do campo educacional (PPC, 2005, p. 19).

A organização curricular do curso elaborado foi de que os componentes curriculares do curso se articulassem em Núcleos de Formação e de atividades. São eles:

- A) O Núcleo de conteúdos básicos, que visa à reflexão crítica sobre as relações sociais e culturais, a educação como uma prática social, a escola, a formação e a profissionalização no campo da educação. Este núcleo compreende estudos referidos: à construção histórica do campo teórico e investigativo da educação e da Pedagogia; ao contexto histórico e sócio-cultural que fundamentam a compreensão da sociedade; ao contexto sócio-histórico do desenvolvimento do campo educacional e da criação dos cursos de Pedagogia no Brasil; ao exercício

profissional em contextos escolares e nãoescolares, nos diversos níveis e modalidades de ensino; à escola como espaço específico do processo educacional considerando o trabalho como princípio educativo; as relações entre educação, trabalho e a realidade sócio-cultural em suas diferentes manifestações; as relações e tensões constitutivas do exercício profissional e da participação política do pedagogo, especialmente questões atinentes à ética e a estética no mundo de hoje, historicamente referenciadas ao contexto do exercício profissional escolar e nãoescolar, articulando saber acadêmico, pesquisa e prática educativa.

- B) O Núcleo de conteúdos relativos à atuação do pedagogo que compreende o estudo: dos conhecimentos didáticos, de teorias pedagógicas em articulação com as metodologias de ensino, tecnologias de informação e comunicação e suas linguagens específicas aplicadas ao ensino e à aprendizagem; dos conteúdos específicos que compõem os currículos dos níveis do ensino em que irão atuar os pedagogos, articulados às respectivas metodologias, decorrentes da (s) opção(ões) da instituição formadora; dos processos de organização do trabalho pedagógico e gestão em espaços e sistemas escolares e nãoescolares;
- C) As atividades científico-culturais de enriquecimento curricular compreendem participação em projetos de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de Educação Superior e decorrentes ou articuladas às disciplinas, seminários e estudos curriculares, de modo a propiciar aos graduandos vivências com a educação inclusiva, a educação de jovens e adultos, a educação no/do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos ou em organizações não-escolares.
- D) A prática pedagógica, concebida como trabalho coletivo da instituição formadora e entendida como eixo articulador de produção de conhecimento sócio-educacional, que se constitui em espaço privilegiado de integração teórico-prática do Projeto Pedagógico do Curso, de aproximação e inserção do graduando à realidade social e pedagógica dos espaços educativos escolares e não escolares. A Prática Pedagógica envolve distintas atividades que podem ser concomitantes ou sequenciais ao longo do desenvolvimento do curso, articuladas aos diferentes núcleos de conteúdo que compõem o currículo e organizadas em distintos níveis de complexidade. A Prática Pedagógica deve assegurar aos graduandos as condições para: gradativa aquisição de conhecimentos pela inserção no contexto do sistema educativo e da escola; iniciação às atividades de pesquisa; intervenções planejadas e acompanhadas de iniciação profissional junto às escolas e outras instâncias educativas; planejamento e desenvolvimento progressivo do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC); prática profissional de docência e gestão educacional mediante estágio supervisionado desenvolvido nas áreas de atuação do pedagogo.
- E) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): as IES estabelecerão no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia os mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à produção do TCC, ao longo do curso. O Trabalho de Conclusão de Curso pode decorrer de experiências propiciadas pela prática pedagógica ou de alternativas de interesse do aluno.

O curso de Pedagogia ficou organizada em dois ciclos formativos definidos em função do que consideramos essencial para formação inicial e continuada do pedagogo. O Ciclo de Formação Inicial Integrada como uma organização curricular que apresenta como premissa a ideia de integração entre as ênfases de docência e gestão do trabalho pedagógico sobre uma base comum, a ação docente e a partir dela, de sua natureza, e

de suas funções, conferir sentido e organicidade ao trabalho pedagógico em suas múltiplas facetas. E, os Ciclos de Formação Continuada enquanto instrumentadores de qualificação profissional na medida em que terão um objeto de formação delimitado com a possibilidade de outros estudos que permitirão a flexibilização na oferta de novos tipos de formação. Este ciclo se consolida com as oferta de cursos de extensão, de atualização e de especializações já existentes e com outras previsões que se encontram no Plano de Desenvolvimento Institucional dos Departamentos de Fundamentos da Educação e de Teoria e Prática da Educação.

O Ciclo de Formação Inicial Integrada foi proposto com a articulação de eixos integradores que são critérios orientadores para organização da matriz curricular, em torno dos quais se articulam toda a base para a formação de educadores. Esses eixos perpassam toda a formação de maneira contínua por estarem presentes na concepção constitutiva dos oito Núcleos Temáticos Formativos e nas Práticas Pedagógicas de Formação.

Os Núcleos Temáticos Formativos são dimensões contempladas na formação do profissional e que sinalizam o tipo de atividade de ensino-aprendizagem que materializam o planejamento e a ação dos professores do curso. Esses núcleos se articulam promovendo uma dinâmica integradora dos saberes que compõem a formação do pedagogo.

As Práticas Pedagógicas de Formação foram propostas como momentos em que a formação dos alunos se pauta nas práticas existentes socialmente e vincula-se ao Ciclo de Formação. As práticas são constituídas de três momentos que se intercomplementam: análise da realidade profissional; problematização da realidade profissional (gestão/docência); projeto de ação para o enfrentamento da realidade profissional. Para a interlocução das Práticas Pedagógicas de Formação com os Eixos integradores foram proposta:

- 1) Atividades de Integração Pedagógica – AIP – Momento de integração curricular que engloba todos os professores da(s) turma(s) em cada período. Sua realização está vinculada à elaboração e desenvolvimento de Projeto de Pesquisa ao Projeto de Ação das Práticas Pedagógicas de Formação em que deve haver equacionamento, problematização e orientação aos alunos, bem como de apresentação final dos trabalhos monográficos.
- 2) Oficinas Pedagógicas – desenvolvidas por professores e alunos visando unidade teórico-prática, integrar as várias turmas; promover a inter-relação com as Unidades Escolares em que se realizam os estágios e pesquisas, bem como ampliar os intercâmbios entre alunos e professores das várias unidades escolares.
- 3) Atividades de Pesquisa-Estágio - A pesquisa no estágio como método de formação de futuros professores se traduz na mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise de contextos em que os estágios se realizam; por outro, e em especial, se traduz na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhe permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam. Supõe a busca de novos conhecimentos na relação entre as explicações existentes e os dados novos que a realidade impõe e que são percebidos na postura investigativa. Neste envolve ainda, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – a pesquisa-estágio formaliza-se com apresentação de um trabalho ao final de cada Ciclo de Formação como condição para sua conclusão. Deve necessariamente contemplar temática abrangida pelo Ciclo de Formação. (inicial e continuado).

- 4) Atividades de Cultura e Arte - momentos de promoção da expressão cultural e artística em toda sua diversidade e autonomia, buscando a compreensão do potencial educativo da cultura e da arte.
- 5) Atividades Semi-presenciais: atividades integradoras da prática com a teoria, do compreender com o vivenciar, do fazer e do refletir, de forma sistemática, presencial e virtualmente, em todas as áreas e ao longo de todo o curso. Seguindo a flexibilização curricular sugerida pela Portaria 2253 do MEC, da inclusão de 20% da carga total semi-presencial nos cursos de graduação. Tomamos o devido cuidado em também atender a Resolução 119/05-CEP.

Os Eixos Integradores adotados foram:

1. Bases de Conhecimento do Pedagogo cujo objetivo era de inserir os alunos no campo da educação e da Pedagogia e das demais ciências, capacitando-os à procederem a leitura do mundo no qual se situam e atuam, construindo os saberes docentes.
2. Dimensões do Trabalho do Pedagogo: Docência e Gestão, com o objetivo de Mediar a valorização apropriação do processo de trabalho pedagógico, valorizando a transdisciplinaridade e o aspecto coletivo propiciando a unidade do trabalho docente.
3. Dimensão Escolar da Educação: O campo da prática pedagógica, cujo objetivo era oferecer subsídios para que os alunos compreendam a escola como lugar sócio-histórico-cultural e de trabalho.
4. Dimensão Escolar da Educação: o aluno do ensino fundamental, objetivando compreender as várias dimensões que envolvem a formação do aluno do ensino fundamental.

Para atingir este objetivo, além de cumprir a exigência de 200 dias letivos anuais, a duração do curso foi estabelecida em quatro anos com um total de 3.200 horas. O tempo máximo para a integralização do curso seria de oito anos. Pretendia-se formar o pedagogo como um profissional capaz de analisar a realidade em que se insere e que fazer as necessárias vinculações entre as questões educativas e as questões sociais mais amplas buscando a efetividade das ações pedagógicas. Assim, com base nas discussões e trabalhos realizados até aquele ano, a grade curricular do curso de Pedagogia de Maringá e Cianorte ficou da seguinte forma, aprovada pela Resolução 170/2005-CEP:

OFERTA SEMESTRAL		
DISCIPLINAS PRESENCIAIS	CARGA HOR.	LOTAÇÃO
<b>NÚCLEO FORMATIVO I</b>		
Filosofia da Educação na Antiguidade	68	DFE
História da Educação e da Pedagogia	34	DFE
Metodologia da Pesquisa em Educação	34	DFE
Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo	34	DTP
Psicologia da Educação e Identidade do Pedagogo	34	DTP
Psicologia da educação aspectos neuropsicológicos e afetivos	68	DTP
Currículo Como Espaço de Construção de Identidades	34	DTP
Linguagens, Identidade e Formação de Professores	34	DTP
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA</b>	<b>340</b>	
<b>NÚCLEO FORMATIVO II</b>		
Filosofia Da Educação Medieval	68	DFE
História Das Instituições Educacionais	34	DFE
Políticas Públicas E Gestão Educacional: Processos Escolares e não Escolares	34	DTP

Psicologia da Educação: Abordagem Histórico-Cultural	68	DTP
Psicologia da Educação: Epistemologia genética	34	DTP
Formação docente para o ensino de arte na escola	68	DTP
Didática: Trabalho docente e saberes escolares	34	DTP
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA</b>	<b>340</b>	
<b>NÚCLEO FORMATIVO III</b>		
Filosofia da Educação na Modernidade	68	DFE
História da Educação no Brasil: Colônia	34	DFE
Iniciação à Ciência e à Pesquisa	34	DFE
Política, Planejamento e Gestão Educacional no Brasil	34	DFE
Concepções, Paradigmas e Limites das Teorias Curriculares	34	DTP
Psicologia da Educação: Abordagens Comportamental e Humanista	34	DTP
Metodologia do ensino de Geografia – 1ª a 4ª série do ensino fundamental I	34	DGE
Metodologia do ensino de Língua Portuguesa - 1ª a 4ª série do ensino fundamental I	34	DLE
Formação e ação Docente: Prática do ensino e identidade profissional	34	DTP
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA</b>	<b>340</b>	
<b>NÚCLEO FORMATIVO IV</b>		
Filosofia da Educação Contemporânea	68	DFE
História da Educação no Brasil: Império	34	DFE
Métodos Científicos e Educação	34	DFE
Formação e Ação Docente: Prática de Ensino em Educação Infantil	68	DTP
Teorias Pedagógicas e Didática	34	DTP
Literatura Infantil na escola	34	DTP
Metodologia do ensino de Geografia – 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental II	34	DGE
Metodologia do ensino de Língua Portuguesa - 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental II	34	DLE
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA</b>	<b>340</b>	
<b>NÚCLEO FORMATIVO V</b>		
História da Educação no Brasil: República	68	DFE
História da Educação Pública	34	DFE
Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira	34	DTP
Métodos e técnicas de Pesquisa em Educação	34	DFE
O pedagogo na Educação Básica	34	DFE
Problemas Escolares e dificuldades específicas de aprendizagem: contextualização histórica	34	DTP
Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social	34	DTP
Metodologia do Ensino de Ciências I: 1ª A 4ª Série do Ensino Fundamental	34	DBI
Práticas de Gestão: Planejamento e Avaliação Escolar	34	DFE
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA</b>	<b>340</b>	
<b>NÚCLEO FORMATIVO VI</b>		
Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil	34	DFE
Metodologia de Planejamento de Projetos de Pesquisa em Educação	34	DFE
Metodologia do Ensino de Matemática – 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental I	68	DMA
Formação e ação docente: Prática de Ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental I	34	DTP
Problemas Escolares e Dificuldades Específicas de Aprendizagem: Leitura, Escrita, Matemática e Ciências.	34	DTP
Alfabetização, Letramento e Escolarização	68	DTP
Formação Docente: Prática do Ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	34	DBI
Metodologia do Ensino de Ciências II: 1ª A 4ª Série do Ensino Fundamental	34	
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA</b>	<b>340</b>	
<b>NÚCLEO FORMATIVO VII</b>		
Sociologia da Educação e Transformação Social	34	DFE
Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural	68	DFE
Metodologia do Ensino de Matemática – 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental II	68	DMA
Formação e ação docente: Prática de Ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental II	68	DTP
Projetos de Alfabetização	34	DTP
Planejamento da Prática Docente	34	DTP

Metodologia e Prática do Ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental		
TOTAL DE CARGA HORÁRIA	340	
<b>NÚCLEO FORMATIVO VIII</b>		
Sociologia da Educação e o Pensamento Clássico	68	DFE
História da Infância no Brasil	34	DFE
História do Pensamento Educacional	34	DFE
Práticas de Gestão: Organização dos Trabalhos Pedagógicos	34	DFE
Organização da Gestão Escolar	34	DFE
Formação e Ação Docente: Prática de Ensino Médio – Modalidade Normal	68	DTP
Projeto Político-Pedagógico da Escola	34	DTP
Necessidades Educacionais Especiais	34	DTP
TOTAL DE CARGA HORÁRIA	340	
<b>TOTAL PRESENCIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA UEM</b>	<b>2.720</b>	

Além dessas, as disciplinas na modalidade semi-presenciais (Quadro 1), Estágio Curricular (Quadro 2) e Práticas de Ensino (Quadro 3):

Quadro 1 – Disciplinas Semi-presenciais

NÚCLEO	DISCIPLINA	DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL	CH POR DEPTO	CH TOTAL
3º	Introdução à Educação e Comunicação	DFE	34	68
		DTP	34	
4º	Psicologia da Educação: Temáticas da vida contemporânea	DTP	34	68
	Políticas, Gestão e Diversidade	DTP	34	
5º	Educação, Mídia e Arte	DFE	34	68
		DTP	34	
7º	Educação e Informática	DTP	68	68
8º	Educação e Novas Tecnologias	DFE	68	68
8º	O Pedagogo e a Orientação Profissional	DFE	34	34
				<b>374</b>

Quadro 2 – Disciplinas de Estágio Curricular

ESPECIFICIDADE – ESTÁGIO	Carga Horária
Estágio Curricular Supervisionado de Identidade	68
Estágio Curricular Supervisionado de Educação Infantil	68
Estágio Curricular Supervisionado de Gestão	68
Estágio Curricular Supervisionado de Ensino Fundamental I	34
Estágio Curricular Supervisionado de Ensino Fundamental II	68
Estágio Curricular Supervisionado de Ensino Médio – Modalidade Normal	68
Estágio Curricular Supervisionado de Gestão	34
<b>Total da carga horária</b>	<b>408</b>

Quadro 3 – Disciplinas de Prática de Ensino

ESPECIFICIDADE – PRÁTICA DE ENSINO	Carga Horária
Formação docente para o ensino de arte na escola	34
Formação e Ação Docente: Prática de Ensino em Educação Infantil	68
Práticas de Gestão: Planejamento e Avaliação Escolar	34
Formação e ação docente: Prática de Ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental I	34
Formação e ação docente: Prática de Ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental II	68



UEM - Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

	Psic. Da Educação: Abordagens Humanista e Epistemologia Genética						68		
	Estágio Curricular Supervis. na Educação Infantil		3		3				102
	Filosofia da Educação na Modernidade	4			4		68		
	Form. e Ação Doc.: Prát. de Ens. na Educ. Infantil			2	2	68			
	Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil			2	2		34		
	História da Educação do Brasil: Colônia	2			2		34		
	Iniciação à Ciência e à Pesquisa			4	4		68		
	Planejamento, Gestão Educacional e Atuação do Pedagogo como Gestor na Educação Básica	4			4		68		
	Currículo como espaço de construção de identidades	2			2		34		
2ª	Introdução à Educação e Comunicação	3	1		4				68
	Psic. da Ed.: Temáticas da Vida Contemporânea	1,41	0,59		2				34
	Políticas, Gestão e Diversidade	1,41	0,59		2				34
	Práticas de Gestão: Planejamento e Avaliação Escolar			2	2		34		
	Estágio Curricular Supervisionado de Gestão I		2		2		34		
	Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social	4			4		68		
	Filosofia da Educação Contemporânea	4			4		68		
	História da Educação do Brasil: Império	2			2		34		
	História da Infância no Brasil	2			2		34		
	Psicologia da Educação: Abordagens Comportamental e Histórico-Cultural	4			4		68		
	Met. do Ens. de Lg. Port.: 1ª a 4ª Ser. do E. Fund.			4	4		68		
	Educação, Mídia e Arte	3	1		4				68
	Estágio Curricular Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental		4		4	136			
	Form. e Ação Doc.: P. E. nos anos. Inic. do E. Fund.			3	3				102
	História da Educação do Brasil: República	4			4		68		
	História da Educação Pública	2			2		34		
	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação			2	2		34		
	Organização da Gestão Escolar	4			4				34
3ª	Políticas Pub. e Gestão da Educação Brasileira	2			2		34		
	Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana	4			4				34
	Alfabetização, Letramento e Escolarização	2,35	1,65		4		68		
	Educação e Trabalho	1,41	0,59		2				34
	Met. de Plan. de Projetos de Pesq. em Educação			2	2		34		
	Met. Ens. de Ciências: 1ª a 4ª Séries do E. Fund. I	1	1		2		34		
	Met. do Ens. de Mat. - 1ª a 4ª Séries do E. Fund. I	3	1		4		68		
	Problemas de Aprendizagem				4		68		

UEM - Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

4ª	Trabalho de Conclusão de Curso		4,06			138			
	Met. do Ens. de Ciênc. 1ª a 4ª Sér. do E. Fund. II	1	1		2		34		
	Met. do Ens. de Mat. - 1ª a 4ª Ser. do E. Fund. II	3	1		4		68		
	Planejamento da Prática Docente	4			4		68		
	Políticas Púb. e Ges. Educ.: Doc. e Div. Cultural	4			4		68		
	Práticas de Gestão: Organização dos Trabalhos Pedagógicos			2	2		34		
	Form. e Ação Doc.: Pr. de E. Médio - Mod. Normal			4	4			68	
	Educação e Informática	3	1		4				68
	Educação e Novas Tecnologias	3	1		4				68
	Estágio Curric. Sup. de Ens. Médio - Mod. Normal		4		4			68	
	Estágio Curricular Supervisionado de Gestão II		4		4		68		
	Concep., Paradig. e Lim. das Teorias Curriculares	2			2			34	
	Metodologia e Prática do Ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	4			4			68	
	Sociologia da Educação: Pensamento Clássico	4			4		68		
	História do Pensamento Educacional	2			2			34	
	Metodologia para o Ensino de Geografia	3	1		4			68	
	Necessidades Educacionais Especiais	2			2			34	
Sociologia da Educação e Transformação Social	2			2			34		

Em 2014, foi criado o Departamento de Pedagogia (DPD) no Campus Regional de Cianorte pela Resolução 008/2014 – COU. No ato de sua criação o DPD contava com os seguintes professores efetivos lotados no DPD: Alessandro Santos Rocha, Darlene Novacov Bogatschov, Fernando Wolff Mendonça, Gesilaine Mucio Ferreira, Gislaine A. Valadares de Godoy, Glaciane Cristina Xavier Mashiba, José Aparecido Celório e Marli Delmônico de Araújo Futata. Ainda, com um professor colaborador. Atualmente, em 2015, foi nomeada a professora Lilian Alves Pereira.

A condição de oferta do curso de Pedagogia em Cianorte melhorou muito. Foi criado, em 2011, o Laboratório de Educação e Complexidade (LAECO). Este projeto de ensino tem a finalidade de contribuir para a formação dos acadêmicos do curso de Pedagogia-CRC mediante a disponibilização e empréstimo de materiais pedagógicos e de pesquisa, para serem usados, principalmente, nas disciplinas de práticas de ensino e estágio supervisionado. Hoje o LAECO conta em seu acervo com livros didáticos, livros de literatura infantil, gibis, revistas científicas e jogos pedagógicos. Ainda tem um acadêmico bolsista pelo programa de Bolsas de Ensino da UEM.

No ano de 2012 foi elaborado o projeto de extensão Brinquedoteca, que pretende ser um espaço de atendimento às crianças matriculadas na Educação Infantil da rede pública do município de Cianorte e que favoreça aos acadêmicos do curso de pedagogia a reflexão a respeito da importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança. Em 2013 o projeto começou a realizar os atendimentos às crianças matriculadas em três turmas do pré da Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves. Participaram deste atendimento 12 acadêmicas monitoras voluntárias no

atendimento a 50 crianças. Hoje a brinquedoteca continua a realizar atividades com alunos (as) da escola municipal e atende, ainda a Instituição Rainha da Paz, ofertando tardes recreativas, a ala pediátrica do Hospital São Paulo de Cianorte, oferecendo atividades lúdicas de contação de histórias para as crianças internadas.

Além desses, o curso de Pedagogia ingressou no ano de 2012 no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) com a participação de 12 acadêmicos (as).

#### **4. JUSTIFICATIVA**

A elaboração de um projeto pedagógico para o curso de Pedagogia-CRC se faz necessário considerando a criação do Departamento de Pedagogia no Campus Regional de Cianorte e a demandas apontados pelos acadêmicos do curso, por meio das avaliações institucionais e do projeto de curso. Apesar das mudanças no perfil profissional e na ênfase e na matriz curricular do curso, a base estrutural do curso de Pedagogia-CRC, manteve-se similar ao do projeto de curso de 2005 quanto: aos núcleos temáticos formativos, as práticas pedagógicas de formação que envolve três momentos de análise da realidade, problematização da realidade profissional, projeto de ação para o enfrentamento da realidade. Ainda se manteve as atividades que possibilitam a interlocução das práticas pedagógicas de formação, as quais são: a Atividade de Integração Pedagógica (AIP); as oficinas pedagógicas; as atividades de pesquisa-estágio; as atividades de cultura e arte e as disciplinas semi-presenciais.

#### **5. OBJETIVOS DO CURSO.**

##### **Geral:**

- Formar o acadêmico para o exercício da Pedagogia na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para a Gestão da Educação.

##### **Específicos:**

- Capacitar o acadêmico para a leitura de mundo no qual se situa e atua, construindo os saberes docentes a partir de consistente base teórica das ciências que dialogam com a educação.
- Valorizar a integração entre as disciplinas e o aspecto coletivo do trabalho pedagógico propiciando a unidade do trabalho docente.
- Desenvolver conhecimentos, atitudes e valores referentes à identidade profissional do pedagogo, frente aos desafios que a prática educativa exige.
- Habilitar o acadêmico para a pesquisa científica frente às questões pertinentes a educação.
- Compreender a escola como lugar social, histórico, cultural e de trabalho.
- Preparar o acadêmico para a atuação como gestor no âmbito do sistema de ensino e da instituição escolar no planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades educativas escolares.
- Propiciar a participação acadêmica em atividades de extensão, visando o enriquecimento de sua formação e integração com a comunidade externa.
- Estabelecer a relação indissociável da teoria e prática.

#### **6. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE OFERTA E VOCAÇÃO DO CURSO.**

A proposta de criação de um projeto pedagógico para o curso de Pedagogia do CRC partiu da necessidade de atender as especificidades locais dos acadêmicos e dos professores, realizadas com a criação do Conselho Acadêmico do curso em 2009 e com a criação do departamento de pedagogia (DPD) em 2014. Diante da nova realidade do curso de pedagogia do campus Regional de Cianorte, pretende-se com a nova matriz curricular otimizar o trabalho de ensino, pesquisa e extensão envolvendo todos os docentes e discentes. Deste modo, vislumbra-se a ampliação de laboratórios de pesquisa e ensino, a ampliação dos projetos de extensão e a criação de um programa de pós-graduação em educação no campus regional de Cianorte.

Pensamos que a partir desta nova configuração acadêmica, os objetivos do curso se tornam mais realizáveis no que tange à formação crítica e didática dos nossos alunos, pois o espaço formativo se dará para além da sala de aula. Ressaltamos que será deste modo que o vínculo entre a universidade e a educação básica se efetivará de fato, pois tanto os docentes quanto os discentes estarão mais envolvidos com os desafios que a escola e a educação enfrentam neste início de século.

## **7. PERFIL DO PROFISSIONAL, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS.**

### **7.1. Perfil do Profissional a ser Formado**

O pedagogo deverá ser um profissional que conhece e analisa a realidade em que se insere, fazendo as necessárias vinculações entre as questões educativas e as questões sociais mais amplas. Desta forma, transforma os saberes e produz os conhecimentos que irão refletir nas ações pedagógicas e, ao mesmo tempo, assegura a dimensão ética dos saberes que dão suporte à sua práxis no cotidiano do seu trabalho.

No curso é construída a identidade do pedagogo como profissional inovador e criativo na sua atuação, capaz de analisar, compreender e lidar com as mudanças da e na vida social e suas implicações no sistema educacional, na escola e no seu âmbito.

Além disso, o egresso deve apresentar as competências e habilidades pertinentes à ação na:

a) Docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como na gestão da educação e na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional em contextos escolares e nãoescolares. Nesse sentido, compõem o campo de atuação do pedagogo as seguintes áreas que se articulam ao longo do curso:

b) Gestão Educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos, especialmente, na organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos processos educativos escolares e dos sistemas de ensino, como também participação do pedagogo na formulação de políticas públicas na área de educação;

c) Produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

### **7.2. Competências e Habilidades Requeridas**

#### **7.2.1. Competências Gerais:**

1. Capacidade de se apropriar do conhecimento socialmente produzido, bem como de produzir conhecimento por meio da sua ação como educador-pesquisador;
2. Compreensão do papel da escola na sociedade e de sua inter-relação com a totalidade social;
3. Compreensão do fenômeno e da prática educativos que se dão em diferentes âmbitos e especialidades;

4. Capacidade de estabelecer diálogo com diferentes áreas de conhecimento, e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas;
5. Capacidade de sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
6. Capacidade de compreensão e valorização das diferentes linguagens manifestas na sociedade contemporânea e de sua função na produção do conhecimento;

#### 7.2.2. Habilidades Específicas:

1. Conhecimento e domínio dos conteúdos básicos relacionados aos componentes curriculares que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades próprias das diferentes etapas e modalidades da educação básica;
2. Capacidade de planejar, implementar e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando o conhecimento das diferentes áreas ou disciplinas;
3. Capacidade de utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;
4. Capacidade de utilizar resultados de pesquisa para o aprimoramento da prática profissional;
5. Capacidade de utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre as políticas públicas e a legislação referentes à educação;
6. Capacidade de elaboração de projetos pedagógicos, sintetizando as atividades de ensino e administração, caracterizadas por categorias comuns como: planejamento, organização, coordenação e avaliação;
7. Conhecimento da legislação, conceitos, estruturas e informações gerais sobre os portadores de necessidades especiais, jovens e adultos, educação escolar indígena.

#### 7.3. Áreas de Atuação Profissional

Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e gestão da educação em espaços escolares e não-escolares; centros de pesquisa (institutos, universidades, faculdades) e outros órgãos públicos ou privados ligados direta ou indiretamente à educação.

## **8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **8.1. Campos Interligados de Formação**

#### **8.1.1. Conteúdos de Formação Básica / Geral**

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação I  
Psicologia da Educação I  
Metodologia e Técnica de Pesquisa I  
Educação, Mídia e Tecnologia  
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação II  
Psicologia da Educação II  
Sociologia da Educação  
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação III  
Metodologia e Técnica de Pesquisa II  
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação IV  
Estudos Avançados em Sociologia da Educação  
Psicologia da Educação III  
Metodologia e Técnica de Pesquisa III  
História da Educação no Brasil I  
Antropologia e Educação  
Psicologia da Educação IV

#### **8.1.2. Conteúdos de Formação Profissional**

Educação e Arte Literária  
Didática I  
Políticas Públicas e Gestão da Educação  
Estudos Avançados em Políticas Públicas I  
Estágio Curricular Supervisionado em Identidade Profissional  
Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil  
Estudos Avançados em Políticas Públicas II  
Didática II  
Gestão Educacional no Brasil  
Formação e Ação Docente I: Educação Infantil  
Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil I  
Gestão escolar  
Formação e Ação Docente II: Educação Infantil  
Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil II  
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional  
Alfabetização I  
Estudos Avançados em Alfabetização  
Metodologia do Ensino de Matemática I  
Prática de Gestão Escolar  
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar  
Currículos e Programas  
Alfabetização II  
Estágio Curricular Supervisionado em Alfabetização  
Metodologia do Ensino de Matemática II  
Metodologia para o Ensino de Geografia  
História da Educação no Brasil II  
Prática e Estudos Integradores em Educação III  
Arte na escola  
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa – 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental  
Formação e Ação Docente I: Anos Iniciais do Ensino Fundamental  
Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I

Metodologia do Ensino de Ciências: anos iniciais do Ensino Fundamental Metodologia do Ensino de História Formação e Ação Docente II: Anos Iniciais do Ensino Fundamental Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I
8.1. 3. Conteúdos de Formação Complementar
Alfabetização I e Alfabetização II – alfabetização de Jovens e Adultos Prática e Estudos Integradores em Educação I Prática e Estudos Integradores em Educação II Prática e Estudos Integradores em Educação III Prática e Estudos Integradores em Educação IV Prática e Estudos Integradores em Educação V
8.1.4. Conteúdos de Formação Específica do Curso
Fundamentos Históricos e Legais do Curso de Pedagogia Estágio Curricular Supervisionado em Identidade Profissional
8.1.5. Conteúdos Curriculares Obrigatórios por Legislação Específica
Introdução a Libras: Língua Brasileira de Sinais Políticas Públicas, Educação e Diversidade. Antropologia Metodologia do Ensino de História Educação e Arte Literária Prática e Estudos Integradores em Educação I Prática e Estudos Integradores em Educação II Prática e Estudos Integradores em Educação III Prática e Estudos Integradores em Educação IV Prática e Estudos Integradores em Educação V
8.2. Matriz Curricular

Série	Dpto	Conteúdo Curricular	Carga Horária em Horas/aula				Regime de Oferta		
			Teór.	Prát.	T/P	Total	Anual	Semestral	Modular Outros
1º	DPD	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação I	68			68		1	
1º	DPD	Psicologia da Educação I	68			68		1	
1º	DPD	Metodologia e Técnica de Pesquisa I	68			68		1	
1º	DPD	Fundamentos Históricos e Legais do Curso de Pedagogia	68			68		1	
1º	DPD	Educação e Arte Literária	34	34		68		1	
1º	DPD	Educação, Mídia e Tecnologia	34	34		68			1
1º	DPD	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação II	68			68		2	
1º	DPD	Psicologia da Educação II	68			68		2	
1º	DPD	Sociologia da Educação	68			68		2	
1º	DPD	Didática I	68			68		2	
1º	DPD	Políticas Públicas e Gestão da Educação	68			68		2	
1º	DPD	Estudos Avançados em Políticas Públicas I	68			68			2

UEM - Projeto Pedagógico de Curso de Graduação

Série	Dpto	Conteúdo Curricular	Carga Horária em Horas/aula				Regime de Oferta		
			Teór.	Prát.	T/P	Total	Anual	Semestral	Modular Outros
1º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado em Identidade Profissional		72		72		2	2
<b>Carga Horária da Série</b>			<b>748</b>	<b>140</b>		<b>888</b>	<b>740 horas</b>		
2º	DPD	Políticas Públicas e Gestão da Educação no Brasil	68			68		1	
2º	DPD	Estudos Avançados em Políticas Públicas II	68			68			1
2º	DPD	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação III	68			68		1	
2º	DPD	Didática II	68			68		1	
2º	DPD	Gestão Educacional no Brasil	68			68		1	
2º	DPD	Metodologia e Técnica de Pesquisa II	34			34		1	
2º	DPD	Formação e Ação Docente I: Educação Infantil			34	34		1	
2º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil I		68		68		1	
2º	DPD	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação IV	68			68		2	
2º	DPD	Estudos Avançados em Sociologia da Educação	68			68			2
2º	DPD	Psicologia da Educação III	68			68		2	
2º	DPD	Gestão escolar	68			68		2	
2º	DPD	Prática e Estudos Integradores em Educação I		68		68		2	
2º	DPD	Metodologia e Técnica de Pesquisa III	22	12		34		2	
2º	DPD	Formação e Ação Docente II: Educação Infantil			34	34		2	
2º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil II		34		34			2
2º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional		34		34			2
<b>Carga Horária da Série</b>			<b>668</b>	<b>216</b>	<b>68</b>	<b>952</b>	<b>793,33</b>		
3º	DPD	Alfabetização I	68			68		1	
3º	DPD	Estudos Avançados em Alfabetização	68			68			1
3º	DMA	Metodologia do Ensino de Matemática I	68			68		1	
3º	DPD	História da Educação no Brasil I	68			68		1	
3º	DPD	Prática e Estudos Integradores em Educação II		68		68		1	
3º	DPD	Prática de Gestão Escolar		68		68		1	
3º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar		68		68		1	
3º	DPD	Currículos e Programas	68			68			2
3º	DPD	Alfabetização II	68			68		2	
3º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado em Alfabetização		68		68		2	
3º	DMA	Metodologia do Ensino de Matemática II	68			68		2	
3º	DPD	Metodologia e prática do Ensino de História	68			68		2	
3º	DPD	História da Educação no Brasil II	68			68		2	
3º	DPD	Prática e Estudos Integradores em Educação III		68		68		2	
<b>Carga Horária da Série</b>			<b>612</b>	<b>340</b>		<b>952</b>	<b>793,33</b>		
4º	DMU	Arte na escola	68			68		1	
4º	DPD	Políticas Públicas, Educação e Diversidade	68			68			1
4º	DLP	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa – 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	68			68		1	
4º	DPD	Antropologia e Educação	68			68		1	
4º	DPD	Prática e Estudos Integradores em Educação IV		68		68		1	

Série	Dpto	Conteúdo Curricular	Carga Horária em Horas/aula				Regime de Oferta		
			Teór.	Prát.	T/P	Total	Anual	Semestral	Modular Outros
4º	DPD	Formação e Ação Docente I: Anos Iniciais do Ensino Fundamental			68	68		1	
4º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I		68		68		1	
4º	DLP	Introdução a Libras: Língua Brasileira de Sinais	68			68		2	
4º	DBI	Metodologia do Ensino de Ciências: anos iniciais do ensino fundamental	68			68		2	
4º	DGE	Metodologia do Ensino de Geografia	68			68		2	
4º	DPD	Prática e Estudos Integradores em Educação V		68		68		2	
4º	DPD	Psicologia da Educação IV	34			34		2	
4º	DPD	Formação e Ação Docente II: Anos Iniciais do Ensino Fundamental			34	34		2	
4º	DPD	Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I		68		68		2	
<b>Carga Horária da Série</b>			<b>510</b>	<b>272</b>	<b>238</b>	<b>884</b>		<b>736,66</b>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>						3676		3063,33	

## 8.3. Resumo da Matriz Curricular

<b>Carga Horária do Currículo de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais</b>	
<b>8.3.1. Parâmetros em Horas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais</b>	<b>Horas/DCN's</b>
a) Carga Horária Mínima para integralização do curso <sup>2</sup>	3200
b) Carga Horária Máxima para Estágio Curricular Supervisionado <sup>3</sup>	400
c) Carga Horária Mínima para Atividades Acadêmicas Complementares <sup>4</sup>	200
d) Carga Horária Mínima para Disciplinas Obrigatórias e Optativas <sup>5</sup>	2200
e) Carga Horária Mínima para Prática como componente curricular	400
<b>8.3.2. Carga Horária estabelecida para o curso na UEM</b>	<b>Horas/Aula</b>
a) Carga Horária em disciplinas Obrigatórias e Complementares	2538 <sup>6</sup>
b) Carga Horária em disciplinas Optativas Obrigatórias	000
c) Carga Horária de Estágio Curricular Supervisionado	480
d) Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso	000
e) Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares	240
f) Carga Horária de Prática Pedagógica (cursos de licenciatura)	488
g) Carga horária de Disciplinas Teórico-práticas	170
<b>TOTAL DE HORAS/AULA DO CURSO</b>	<b>3916</b>
<b>8.3.3. Demonstrativo de Carga horária para as seguintes dimensões dos componentes curriculares comuns</b>	<b>Horas</b>
a) Carga Horária de prática como componente curricular ao longo do curso	406,66
b) Horas de Estágio Curricular Supervisionado	400
c) Carga Horária para conteúdos curriculares de natureza científico-cultural	200
d) Horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais	000
e) Carga horária de componente teórico-prático	141,66

<sup>2</sup> Prevista na Resolução que fixa a carga horária mínima para integralização curricular, ou nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

<sup>3</sup> Máximo de 20% da carga horária mínima fixada para o curso.

<sup>4</sup> Mínimo de 5% da carga horária mínima fixada para o curso.

<sup>5</sup> Resultado da dedução das cargas horárias de "b" e "c", da carga horária mínima estabelecida para o curso "a".

<sup>6</sup> Contando somente as disciplinas teóricas.

<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DAS DIMENSÕES DOS COMPONENTES COMUNS</b>	
<b>8.3.4. Prazo Para Integralização Curricular, fixado em anos ou frações</b>	<b>Anos</b>
a) Prazo Mínimo estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais	
b) Prazo Médio de acordo com os ciclos do currículo do curso na UEM	7 anos
c) Prazo Máximo estabelecido pela UEM	7 anos

## **10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

### **10.1. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório**

Os estágios supervisionados devem preparar para o exercício coletivo da docência e da gestão, na perspectiva de que as demandas e tarefas do cotidiano escolar precisam ser compreendidas e respondidas como exigências a serem coletivamente elaboradas, executadas e acompanhadas. Deste modo, optou-se por manter a relação entre estágio e pesquisa, como método de formação de futuros professores que se traduz, de um lado, na mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise de contextos em que os estágios se realizam; por outro, e em especial, se traduz na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhe permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam.

Para tanto, as disciplinas de estágio estão vinculadas às disciplinas de formação e ação docente nas diferentes áreas, as quais possibilitam a busca de novos conhecimentos na relação entre as explicações existentes e os dados novos que a realidade educacional impõe e que são percebidos na postura investigativa. Nesta relação, o estágio supervisionado e as disciplinas de formação e ação docente são espaços privilegiados para a investigação científica de novas metodologias de ensino.

Considerando a Resolução nº 002/2015 CNE, que atribui o cumprimento de pelo menos 400 horas de estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciaturas e a ênfase do curso de Pedagogia-CRC, os acadêmicos deverão cumprir 408 horas de estágio curricular supervisionado em: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Gestão Educacional e Gestão Escolar.

### **10.2. Estágio Supervisionado Não-Obrigatório**

No mesmo sentido atribuído ao estágio curricular obrigatório, os acadêmicos do curso poderão realizar estágio supervisionado não obrigatório em: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Gestão Educacional e Gestão Escolar. A carga horária parcial deste estágio será computada nas Atividades Acadêmicas Complementares.

## **11. Internato**

## **12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

Com a criação das disciplinas de Práticas e Estudos Integradores em Educação, a disciplina de TCC foi extinta. O objetivo destas disciplinas criadas, e que se iniciam no segundo semestre do segundo ano e seguem até o final do curso, é a inserção dos acadêmicos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo que os conhecimentos trabalhados nas diversas disciplinas do curso dialoguem. Com isso espera-se que os acadêmicos, ao longo dos estudos, produzam relatórios, artigos, materiais didáticos e pedagógicos entre outros e, ao final, do percurso tenham construído o trabalho de conclusão de curso.

### **13. ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES - AAC's**

As AAC's são compreendidas como as atividades ligadas à formação acadêmica do aluno e que sejam suplementares aos conteúdos ministrados nas disciplinas do currículo pleno do curso de graduação em Pedagogia. Conforme Resolução 001/2016 PED-CRC, consta como Atividade Acadêmica Complementar a participação do acadêmico em: monitoria acadêmica; preceptoria; projetos de ensino; projetos de pesquisa; projetos de extensão; cursos especiais; eventos. Na mesma resolução consta a forma de atribuição das AAC's.

### **14. APOIO AO ALUNO**

No curso de pedagogia estão matriculados alunos oriundo de diferentes percursos educacionais, encontram-se alunos de escolas públicas e privadas de grandes e pequenos municípios do entorno de Cianorte. Também são frequentadores alunos trabalhadores com formação técnica ou acadêmica de outras áreas de estudo. Assim apresentam características e ritmos de aprendizagem diversos, as áreas de linguagem e raciocínio lógico são muitas vezes insuficientes para o acompanhamento do processo de estudo e produção textual. Ofertamos a estes alunos acompanhamento de ensino mediante acompanhamento de rendimento acadêmico e orientação de estudos pelos professores das disciplinas. PRO-INICIO- PEN.

Quando existe necessidade de atender alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE, o curso tem parceria e o apoio do PROPAE- Programa institucional de atendimento as NEE no âmbito universitário mediante a facilidade de acesso a informação e conhecimento. Neste programa, quando necessário existe a oferta de bolsas monitorias para os alunos em dificuldades.

### **15. ATIVIDADES DE TUTORIA/MONITORIA**

Estas atividades buscam complementar a formação acadêmica. A monitoria é um programa regulamentado para os Cursos de Graduação da UEM pela Resolução nº 014/2009-CEP no qual os objetivos são I- promover iniciação à docência, contribuindo para a formação de recursos humanos para o ensino; II - estimular a pesquisa e o desenvolvimento de metodologias de ensino; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação; IV - proporcionar complementação de estudos, contribuindo para a diminuição da evasão e da reprovação por insuficiência de conteúdos; V - ampliar a interação da pós-graduação com a graduação, por intermédio do envolvimento discente.

Para preceptorias segue-se a resolução no. 01/2015 – COU onde objetiva-se o PROINTE que deve, entre outras atividades: I - oferecer monitorias orientadas para algumas disciplinas do núcleo comum dos cursos da UEM a todos os alunos matriculados nessas turmas; II - promover o desenvolvimento de atividades de ensino e de extensão que favoreçam a integração e os mecanismos de apoio didático para os alunos dos cursos de graduação da UEM e para a comunidade da Educação Básica de Maringá e região; III - integrar alunos dos cursos de graduação da UEM às atividades de ensino e de extensão, envolvendo-os em atividades extracurriculares, como aulas de preceptoria, palestras, cursos e outras atividades científicas e culturais; IV - contribuir para o desenvolvimento de estudos e inovações pedagógicas que permitam incrementar o ensino oferecido pelos cursos; V - preparar recursos humanos capacitados para atuação em atividades de apoio ao ensino; VI - possibilitar o intercâmbio entre os diversos projetos institucionais vigentes na Universidade, a partir de projetos de extensão que contribuam para a formação científica, cultural e social dos alunos e da comunidade afeta; VII - possibilitar a integração

e a interação do aluno ao meio universitário, bem como o conhecimento dos diversos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidos na UEM; VIII - acompanhar o desenvolvimento do aluno, desde o seu ingresso, mobilizando ações que favoreçam a sua formação; IX - promover condições para que os alunos possam desenvolver-se científica, social e culturalmente dentro do ambiente universitário; X - facilitar o acesso do aluno aos diversos setores da Universidade que contribuem para a sua formação.

## **16. MECANISMOS DE INTERAÇÃO DOCENTES/ALUNOS/TUTORES**

Visando proporcionar a interação entre os entes envolvidos no programa de apoio, o curso de Pedagogia oferta programas de formação em extensão, laboratórios didáticos e projetos de pesquisa em diversos segmentos que oportunizam a formação e a integração, e que culminam anualmente em uma semana de estudos para a divulgação das experiências.

### **PIBID**

O PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, CAPES, UEM, sub projeto Cianorte, oferta a alunos e comunidade escolar. É uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

## **17. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TICs DISPONÍVEIS**

O uso das diversas tecnologias da informação e comunicação na educação é uma realidade e deve ser apropriada pelos professores. Desta forma, o curso de Pedagogia-CRC parte do pressuposto de que é necessário que o pedagogo compreenda a inserção destas na sociedade e na educação. A disciplina de Educação, Mídia e Tecnologia tem como objetivo possibilitar que os acadêmicos compreendam os conceitos de mídia e tecnologia, a fim de analisá-las de maneira crítica; analisar as novas tecnologias e a mudança de paradigma educacional para as modalidades de educação presencial e a distância; refletir a respeito da atuação do professor em ambientes virtuais de aprendizagem e problematizar o uso das tecnologias na educação.

Além desta disciplina, os recursos tecnológicos serão utilizados pelas demais disciplinas com o uso dos recursos do laboratório de informática, das salas de aula que são equipadas com multimídia.

## **18. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL**

## **19. ACOMPANHAMENTO E INCENTIVO AO ALUNO EGRESSO**

Projeto de residência pedagógica a ser implantado a partir de 2017.

## **20. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Implantado em 2014 o NDE do Departamento de Pedagogia (DPD)-Cianorte é responsável pelo processo de concepção, de consolidação e de contínua atualização do

projeto político pedagógico visando à construção da identidade do curso. Ainda, com caráter propositivo e consultivo em matéria de natureza acadêmica no que concerne à formulação, à implementação, à avaliação e ao desenvolvimento do projeto pedagógico do curso, visa ao atendimento das necessidades da graduação, das exigências do mercado de trabalho e das políticas públicas relativas à área de conhecimento e normas da Instituição.

## 21. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROJETO PEDAGÓGICO

São responsáveis pela avaliação do projeto e do curso a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e o NDE Pedagogia-CRC.

## 22. INFRAESTRUTURA E RECURSOS BÁSICOS

Laboratório de ensino (LAECO), brinquedoteca, salas de aula e salas de estudo e pesquisa, secretaria, sala de professores, auditório, biblioteca, refeitório, laboratório de informática.

### 22.1 Expansão do Corpo Docente

<i>Categoria</i>	<i>C/H</i>	<i>Deptº</i>	<i>Ano 1</i>	<i>Ano 2</i>	<i>Ano 3</i>	<i>Ano 4</i>	<i>Ano 5</i>	<i>Ano 6</i>	<i>TOTAL</i>
Auxiliar									
Assistente									
Adjunto	TIDE	DPD	1						
TOTAL									

### 22.2 Expansão do Corpo Técnico

<i>Categoria</i>	<i>C/H</i>	<i>Deptº</i>	<i>Ano 1</i>	<i>Ano 2</i>	<i>Ano 3</i>	<i>Ano 4</i>	<i>Ano 5</i>	<i>Ano 6</i>	<i>TOTAL</i>
Secretário (a)	40	DPD		1	1				2
Técnico de laboratório	40	DPD		1	1				2
TOTAL		DPD		2	2				

### 22.3. Laboratórios para o Curso/Currículo

<i>Laboratório</i>	<i>Ano do Currículo</i>	<i>Alunos/Turma</i>	<i>Existente</i>		<i>À construir</i>	
			<i>Nº</i>	<i>(M²)</i>	<i>Nº</i>	<i>(M²)</i>
LAECO		2011	1	25		
Brinquedoteca		2012	1	60		

### 22.4. Equipamentos para o Curso/Currículo

<i>Descrição do Equipamento</i>	<i>Ano do Currículo</i>	<i>Quantidade</i>	
		<i>Existente</i>	<i>Adquirir</i>
Kit multimídia nas salas de aula		4	
Data show		2	
Notebook		2	
Desktop		15	

### 22.5. Espaço Físico para o Curso/Currículo

<i>Sala</i>	<i>Características</i>				<i>Alunos/Turma</i>	<i>Turmas/Semana</i>
	<i>Ano</i>	<i>Área (m²)</i>	<i>Existente</i>	<i>À construir</i>		

*UEM - Projeto Pedagógico de Curso de Graduação*

Sala de aula	2014	60	5			
Sala de estudos e pesquisas	2014	40	1			
LAECO	2011	25	1			
Brinquedoteca	2012	60	1			
Laboratório de Informática	2010	50	1			

<b>22.6. Laboratórios Específicos do Curso</b>